

ASSIGNATURAS

Por um anno	104000
Por seis mezes	52000
Por tres mezes	32000
Avulso por folha	2040
Anuncios, por linha	2060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do *Diario da Lisboa*, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, *franca de porte*, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o *Diario da Lisboa*.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 44

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 16 de abril de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte: Por decreto de 2 do corrente mez:

Regimento de infantaria n.º 5 Tenente graduado, o tenente graduado do regimento de cavallaria n.º 6, Manuel Maria Eloy da Cruz Sobral.

Por decretos de 3 do dito mez:

Regimento de infantaria n.º 44 Ajudante, o alferes do batalhão de caçadores n.º 5, José Mariano de Sousa e Mello.

Commissões activas

Coronel, o tenente coronel de engenharia, José Maria da Silva Carvalho.

Por decreto de 4 do dito mez:

Commissões activas

O tenente do regimento de infantaria n.º 4, Antonio Ferreira de Almeida, e o alferes do regimento de infantaria n.º 16, José Maria da Conceição; a fim de servirem na guarda municipal de Lisboa.

Por decretos de 9 do dito mez:

3.º regimento de artilheria

Alferes veterinario, o facultativo veterinario civil, Hermano Augusto Ramos, na conformidade do artigo 27.º do decreto com força de lei de 5 de dezembro de 1855.

Commissões activas

Tenente, o tenente graduado de cavallaria, Luiz Pereira Mousinho de Albuquerque Cotta Falcão.

O tenente veterinario do 3.º regimento de artilheria, Francisco Maria de Carvalho, que se acha empregado em uma comissão do ministerio das obras publicas.

Inactividade temporaria

O major de artilheria, major da praça no forte de Nossa Senhora da Graça, Ivo Celestino Gomes de Oliveira; a fim de esperar cabimento para reforma.

Por decreto de 10 do dito mez:

Commissões activas

O tenente graduado do regimento de cavallaria n.º 4, Francisco Maria Esteves Vaz; a fim de servir na guarda municipal de Lisboa.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Regimento de infantaria n.º 42

Capitão da 3.ª companhia, o capitão da companhia de deposito, Joaquim Antonio dos Santos.

Capitão da companhia de deposito, o capitão da 3.ª companhia, Augusto Butler Elerperk.

4.º batalhão de veteranos

Addido, o tenente coronel reformado, addido ao 2.º batalhão de veteranos, Antonio Gervazio da Nobrega.

Declarar-se o seguinte:

Que o alferes do regimento de infantaria n.º 5, Manuel de Sousa Pires, exerce as funções de ajudante do referido regimento, desde 7 de julho do anno proximo findo.

Foram confirmadas as licenças registradas que os commandantes da 1.ª, 2.ª, 4.ª, 7.ª e 8.ª divisões militares, participaram ter concedido aos officiaes abaixo mencionados, na conformidade das instrucções inseridas na ordem do exercito n.º 20 de 18 de julho de 1857.

Ao tenente do regimento de cavallaria n.º 1, Joaquim José Madeira, prorrogação de quinze dias.

Ao tenente quartel mestre do mesmo regimento, Baltazar Jacinto Cardoso Cezar, trinta dias.

Ao tenente do regimento de cavallaria n.º 5, Francisco de Moura Portugal, seis dias; contados do dia 7 do corrente.

Ao alferes do mesmo regimento, José de Vasconcellos Fernandes e Sá, oito dias.

Ao capitão do batalhão de caçadores n.º 6, Libanio Evangelista dos Santos, trinta dias.

Ao tenente do batalhão de caçadores n.º 8, Filipe Correia de Mesquita Pimentel, tres mezes.

Ao capitão do regimento de infantaria n.º 3, José Elias de Oliveira, prorrogação por trinta dias.

Ao capitão do regimento de infantaria n.º 11, Antonio Francisco Ferreira de Magalhães, quinze dias.

Ao tenente coronel do regimento de infantaria n.º 15, Francisco Antonio da Silva, trinta dias.

Licença registrada concedida ao individuo abaixo indicado

Ao segundo tenente do 1.º regimento de artilheria, José Maria Dias Grande, prorrogação por dez dias.—*Duque da Terceira*.

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direcção, D. Antonio José de Mello.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS,

COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

Resumo do activo e passivo do banco mercantil portuense, em 24 de fevereiro de 1860

ACTIVO	
Existencia em dinheiro metalleo	507.999.661
Letras descontadas e a receber	788.045.233
Empréstimos sobre penhores	185.517.173
Ações da companhia utilidade publica	9.720.000
Custo de obras da casa forte	276.610
Movels e utensilios	699.405
Empréstimo ao governo para obras do Douro	64.094.658
Idem ao dito para obras da barra	87.367.110
Aplicacoes em ser	152.200.000
Ações em ser	6.000.000
Diversas liquidações	34.778.730
Devedores em Lisboa e nas provincias	86.161.268
Devedores no estrangeiro	371.895.298
Total	2.294.755.673

PASSIVO	
Capital actual do banco	1.300.000.000
Diversos depositos	546.292.413
Obrigações do banco e pramo	53.019.937
Notas em circulação	325.906.000
Amortisação do empréstimo para o Douro	1.262.350
Idem do dito para a barra	1.684.100
Juros de applicacoes vencidos e por pagar	424.000
Dividendos a pagar	2.191.500
Fundo de reserva	10.928.673
Ganhos e perdas	53.105.799
Total	2.294.755.673

Porto e banco mercantil portuense, 1 de março de 1860.—Os gerentes, *Cornelio Steur, Carlos Francisco Monteiro*.Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 19 de abril de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

Repartição central

N.º 348.—Ill.º e ex.º sr.—Tenho a honra de enviar a v. ex.º as mappaes estatísticos do numero de individuos que, nos districtos da Guarda e Vianna

Mappa estatístico do numero de individuos que no seu commercio usavam de vara e covado em 31 de dezembro de 1859

DISTRICTO DA GUARDA

CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVIDUOS	NUMERO DE MEDIDAS		TOTAL
			Vara	Covado	
Aguaiar da Beira	Aguaiar	11	14	—	86
	Carapito	4	4	—	
	Cortigada	4	4	—	
	Coruche	10	10	—	
	Dornellas	7	7	—	
	Eirado	7	7	—	
	Fornilhos	5	5	—	
	Gradiz	4	4	—	
	Pena Verde	5	5	—	
	Pinheiro	5	5	—	
	Sequeiros	9	9	—	
	Souto	12	12	—	
	Valverde	5	5	—	
	Almeida	32	34	29	
	Castello Bom	12	10	4	
Almeida	Freinado	13	13	4	198
	Junça	5	5	5	
	Malpartida	7	7	4	
	Naves	8	6	2	
	Reigada	8	8	4	
	S. Pedro	19	15	4	
	Valle de Coelho	5	5	5	
	Valle de la Mulla	8	8	5	
	Villar Pormoso	10	10	3	
	Alvoco da Serra	11	11	5	
	Cabeço	—	—	—	
	Carragozello	1	1	1	
	Cêa	34	33	7	
	Folhadosa	2	3	1	
	Girabolhos	1	1	—	
Cêa	Lages	18	16	7	312
	Lorigos	5	5	1	
	Paranhos	9	9	3	
	Pinhanços	3	3	—	
	Sabugueiro	3	3	—	
	Sameico	2	2	1	
	Sandomil	2	2	1	
	S. João	1	1	—	
	S. Martinho	39	39	12	
	S. Romão	11	33	11	
	S. Thiago	12	12	10	
	Santa Comba	8	8	—	
	Santa Eulalia	30	30	1	
	Santa Marinha	—	—	—	
	Sazes	—	—	—	
Celorico	Taxeiras	9	9	2	40
	Torozello	19	19	2	
	Touraes	3	3	—	
	Travancinha	3	3	—	
	Valesim	7	7	—	
	Varzes	—	—	—	
	Vide	—	—	—	
	Vila Cova	—	—	—	
	Avores	—	—	—	
	Baraçal	—	—	—	
	Cadafaz	1	1	1	
	Canapichana	—	—	—	
	Cortico	—	—	—	
	Forno Telheiro	—	—	—	
	Jejuia	1	1	1	
Figueira	Junceas	1	1	1	27
	Lagios	1	1	1	
	Linhares	—	—	—	
	Maçal	—	—	—	
	Mesquitella	—	—	—	
	Minhocal	—	—	—	
	Prados	—	—	—	
	Rapa	—	—	—	
	Ratoeira	—	—	—	
	Salgueiras	3	3	1	
	Santa Maria de Celorico	9	10	12	
	S. Pedro de Celorico	4	4	4	
	Vade de Azares	—	—	—	
	Velloso	—	—	—	
	Vide	1	1	1	
Fornos de Algodres	Almofala	13	13	5	25
	Escalhão	8	3	1	
	Figueira	1	1	—	
	Freixedo do Torrião	2	2	2	
	Algodres	1	1	1	
	Casal Vasco	3	3	3	
	Figueiró	5	5	5	
	Fornos	1	1	1	
	Maceira	1	1	1	
	Muxagata	1	1	1	
	Aldenas	9	9	8	
	Arocello	1	1	1	
	Cabra	11	11	2	
	Cativelhos	6	3	3	
	Figueiró da Serra	9	9	—	
Gouveia	Lagarinhos	11	—	11	192
	Mangualde	9	9	2	
	Mello Nababinhas	2	2	2	
	Moimenta	15	15	—	
	Nabaeas	16	16	1	
	Nespeira	4	4	4	
	Paços da Serra	12	1	11	
	Rio Torto	2	2	2	
	S. Julião	16	5	15	
	S. Paio	2	—	—	
	S. Pedro de Gouveia	4	4	—	
	Villa Cortez	2	2	—	
	Villa Franca da Serra	8	7	7	
	Villa Nova	11	11	—	
	Villa Ruiva	11	11	—	
Guarda	Vinhó	1	1	—	191
	Adão	1	1	—	
	Alvondres	1	1	—	
	Arrifana	4	4	—	
	Avéis de Ambone	6	6	—	
	Avéis da Ribeira	12	10	2	
	Benespera	7	7	—	
	Castanheira	5	5	—	
	Cavadonde	12	12	—	
	Codeceiro	8	8	—	
	Fala	8	8	—	
	Famalicao	8	6	2	
	Gonçalo	8	8	—	
	Maçainhas	3	2	1	
	Marmelleiro	9	9	—	
Melgaço	Misarella	11	10	2	14
	Pera do Moço	3	3	—	
	Pero Soares	4	4	—	
	Pomares	2	2	—	
	Porco	1	1	—	
	Porto da Carne	11	10	1	
	Pousado	1	1	—	
	Ramella	22	22	9	
	Ribeiro dos Carinhos	2	2	—	
	Rochoso	2	2	—	
	Sé e S. Vicente	2	2	—	
	Sé e Amarello	3	3	—	
	Trinta	10	10	3	
	Valhelhas	6	3	—	
	Vella	—	—	—	
Vila Franca do Deão	Villa Cortez do Mondego	15	15	—	130
	Villa Fernando	14	14	2	
	Villa Franca do Deão	4	4	4	
	S. Paio	6	7	—	
	Santa Maria	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	
	Santa Maria de Passos	—	—	—	

CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVIDUOS
-----------	------------	----------------------

CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVIDUOS	NUMERO DE MEDIDAS		TOTAL
			Varea	Corado	
Monção	Abbedim	1	1	1	64
	Anhões	1	1	1	
	Barcelos	1	1	1	
	Barcelos e Paços	1	1	1	
	Bella	2	2	2	
	Cambezas	2	2	2	
	Ceivães	2	2	2	
	Lago	2	2	2	
	Lapella	2	2	2	
	Lara	2	2	2	
	Lordello	2	2	2	
	Luzio	2	2	2	
	Merufe	2	2	2	
	Monção	19	19	19	
	Moreira	2	2	2	
	Pias	2	2	2	
	Pinheiros	2	2	2	
	Podano	2	2	2	
	Riba de Moura	2	2	2	
	Salvador de Mazo	2	2	2	
	S. João de Portella	2	2	2	
	S. João de Longos Valles	2	2	2	
	S. João de Sá	2	2	2	
	S. Martinho de Parada	2	2	2	
	S. Miguel de Messagães	2	2	2	
	S. Paio de Segunde	2	2	2	
	Tangil	2	2	2	
	Troporiz	2	2	2	
	Troviscoso	2	2	2	
	Trute	2	2	2	
	Valladares	2	2	2	
	Bravães	2	2	2	
	Cuide de Villa Verde	2	2	2	
	Lavradas	2	2	2	
	Lindoso	2	2	2	
	Nogueira	2	2	2	
Ponte da Barca	Oleiros	2	2	2	74
	Paço Vedro de Magalhães	2	2	2	
	Salvador	2	2	2	
	Sampriz	2	2	2	
	S. João Baptista da Villa	2	2	2	
	S. Pedro de Vado	2	2	2	
	S. Thomé de Vado	2	2	2	
	Villa Nova da Muiha	2	2	2	
	Armaes	2	2	2	
	Arcas	2	2	2	
	Ardegão	2	2	2	
	Barrio	2	2	2	
	Beiral	2	2	2	
	Beilhesa	2	2	2	
	Cabacões	2	2	2	
Ponte de Lima	Cabrão	2	2	2	144
	Calheiros	2	2	2	
	Calvello	2	2	2	
	Cepões	2	2	2	
	Estorões	2	2	2	
	Facha	2	2	2	
	Fogo de Sobral	2	2	2	
	Fomellos	2	2	2	
	Freixo	2	2	2	
	Friestellas	2	2	2	
	Labruja	2	2	2	
	Labrujo	2	2	2	
	Matto	2	2	2	
	Moreira	2	2	2	
	Poiarés	2	2	2	
Valença	Ponte de Lima	2	2	2	27
	Quejuda	2	2	2	
	Rebordões	2	2	2	
	Refóis	2	2	2	
	Rendufe	2	2	2	
	Sá	2	2	2	
	Salvador do Souto	2	2	2	
	Sandões	2	2	2	
	Santa Comba	2	2	2	
	Santa Cruz	2	2	2	
	S. Mamede de Arca	2	2	2	
	Seara	2	2	2	
	Serdello	2	2	2	
	Victorino das Donas	2	2	2	
	Villar das Almas	2	2	2	
Vianna do Castelo	Villar do Monte	2	2	2	141
	Santa Maria dos Anjos	2	2	2	
	Alfio	2	2	2	
	Alvarães	2	2	2	
	Amonde	2	2	2	
	Anha	2	2	2	
	Arcosa	2	2	2	
	Capareiros	2	2	2	
	Cardiellas	2	2	2	
	Carreço	2	2	2	
	Carveiro	2	2	2	
	Castello	2	2	2	
	Darque	2	2	2	
	Deão	2	2	2	
	Deochriste	2	2	2	
Villa Nova da Cerveira	Freixiteiro	2	2	2	20
	Lanhões	2	2	2	
	Mazarefos	2	2	2	
	Mendella	2	2	2	
	Meixedo	2	2	2	
	Monserate	2	2	2	
	Mujães	2	2	2	
	Nogueira	2	2	2	
	Outeiro	2	2	2	
	Portella	2	2	2	
	S. Pedrinho	2	2	2	
	S. Romão	2	2	2	
	S. Salvador	2	2	2	
	Santa Leocadia	2	2	2	
	Santa Maria de Geraz	2	2	2	
Villa Nova da Cerveira	Santa Maria Maior	2	2	2	20
	Santa Martha	2	2	2	
	Semelle	2	2	2	
	Subportella	2	2	2	
	Villa Franca	2	2	2	
	Villa Fria	2	2	2	
	Villa Mou	2	2	2	
	Villa de Punhe	2	2	2	
	Villar	2	2	2	
	Covas	2	2	2	
	Gondarim	2	2	2	
	S. Cypriano	2	2	2	
	Total das medidas	2	2	2	

Inspeção geral dos pesos e medidas do reino, 28 de março de 1860.—O inspector geral, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira.

Está conforme.—Repartição central do ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 30 de março de 1860.—Ernesto de Faria.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 4332

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO CALDEIRA

Nos autos crimes vindos da relação do Porto, entre partes, recorrente, o conde do Bolhão, recorrentes, João Cesar Pinto Guimarães, e Rodrigo José de Oliveira Guimarães, o primeiro redactor, e o segundo editor do jornal, o Purgatorio, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam em conferencia os do conselho no supremo tribunal de justiça: que, tendo-se requerido procedimento pelo crime de difamação publicada pela imprensa, como se expoz na petição fl. 2, o accordo fl. 19 v. da relação do Porto, julgando que contra o editor do periodico, em que tal publicação se fez, devia ter lugar o processo especial estabelecido pelas leis de 19 de outubro de 1840, e 22 de maio de 1852, offendeu o artigo 407.º do código penal, que ordenou para tal crime a pena de seis dias a seis meses de prisão, e a lei de 18 de agosto de 1853, segundo a qual este mesmo crime deve ser processado no juizo correccional.

Annullam pois o accordo recorrido, e mandam que o processo volte ao juizo correccional, para ahí seguir devidamente.

Lisboa, 27 de março de 1860.—Caldeira, vencido quanto ao conhecimento e decisão.—Cabrál.—Visconde de Fornos.—Mello e Carvalho.—Grade.—Fui presente, Sousa Azevedo.

Está conforme. Secretaria do supremo tribunal de justiça, 11 de abril de 1860.—Pelo secretario, Antonio Joaquim da Costa Lami.

PROCESSO N.º 2143

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO CALDEIRA

Nos autos civis vindos do tribunal commercial de segunda instancia, recorrente, D. Maria Gertrudes Anália de Oliveira, recorrente, o ministerio publico, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça: que conhecem do recurso interposto do accordo fl. 142, porque este accordo contém em si damno irreparavel, tornando impossivel a reforma

dos autos de que se trata: conhecendo declararam nulla a decisão de direito do accordo recorrido, por quanto o mesmo accordo mandando substituir o accordo fl. 136 v., e deixando de receber os artigos de reforma de autos fl. 3 v., com o fundamento de faltar o juramento exigido pelo artigo 285.º § 1.º da reforma, fez errada applicação do mesmo artigo, pois que nos autos se acham as certidões fl. 7 e fl. 67 do escrivão, que o havia sido no processo que se pretende reformar, jurando que os autos se desencaminham em grau de appellação; e quanto aos termos d'elles, vê-se tudo, especificadamente, da outra certidão fl. 9, de que constam todos os termos do processo ao tempo em que se desencaminham os autos; e por isso foi tambem nullo o mesmo accordo offendido o § 5.º d'aquelle artigo, que, admitindo para a reforma prova testemunhal, muito mais deve a reforma ter lugar apresentando um documento, como a certidão fl. 9. Baixo o processo a relação de Lisboa, para ahí se dar cumprimento á lei, Lisboa, 20 de março de 1860.—Caldeira, vencido.—Ferreiro.—Grade.—Fui presente, Sousa Azevedo.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 14 de abril de 1860.—Pelo secretario, Antonio Joaquim da Costa Lami.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Vicente Joaquim Gregorio, como recededor que foi do conselho de Aldeia Gallega do Ribatejo, desde o 1.º de julho de 1850 até 19 de dezembro do mesmo anno, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o relatório fl. 35 d'este processo, sobre a liquidação, fl. 1 e 2, da conta de Vicente Joaquim Gregorio, como recededor que foi do conselho de Aldeia Gallega do Ribatejo, desde o 1.º de julho de 1850 até 19 de dezembro do mesmo anno; vistos os recibos e documentos comprovativos da conta, desde fl. 3 até fl. 34; mostra-se importarem

as diversas addições que compõem o debito do responsável 10:309\$867 réis, e as do seu credito n'uma igual quantia, incluindo-se nas do debito 9:778\$965 réis, saldo em documentos de cobrança e dinheiro, pertencente á transição da conta do anno anterior, julgada por accordo do tribunal de 9 de agosto de 1852; e nas do credito 7:374\$937 réis, em documentos de cobrança, entregues por balanco na administração do concelho, conforme o documento fl. 34; mostra-se que, effectuada a intimação do responsável, nada allegara contra a liquidação de sua conta; pelo que, e em vista do mais constante do processo, julgam a conta, de que se trata, bem e devidamente ajustada; e o sobredito Vicente Joaquim Gregorio sem responsabilidade para com a fazenda publica, pela sua gerencia de recededor que foi do concelho de Aldeia Gallega do Ribatejo, concernente ao periodo a que a mesma conta se refere.

Tribunal de contas, 3 de abril de 1860.—Lobo, relator.—Paiva Pereira.—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 17 de abril de 1860.—Castano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Reguengos, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o relatório fl. 124 d'estes autos, sobre a conta da receita e despesa da camara municipal do concelho de Reguengos, pertencente ao anno economico de 1851 a 1852: visto o orçamento fl. 117, pelo qual se mostra ter sido o rendimento da sobredita camara municipal, proprio d'aquelle anno economico, avaliado n'uma somma não excedente a 4:000\$000 réis: visto o que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859: declaram não competir a este tribunal o julgamento da sobredita conta; e mandam que o processo se remetta ao governador civil do districto, para que a respeito d'ella se dê cumprimento á lei.

Tribunal de contas, 3 de abril de 1860.—Lobo, relator.—Paiva Pereira.—Sampaio.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 17 de abril de 1860.—Castano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Silves, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Silves, pela sua gerencia no anno economico de 1851 a 1852, mostra-se pelo orçamento a fl. 102, que, deduzidas as dividas na importancia de 3:800\$480 réis, fica reduzido o rendimento proprio do anno a 2:727\$530 réis; pelo que, e em vista do que dispõe o n.º 2 do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859, não compete ao tribunal o julgamento d'este processo.

Tribunal de contas, 30 de março de 1860.—Larcher, relator.—Margiuchi.—Lara.—Albergaria.—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 17 de abril de 1860.—Castano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Faro, no anno economico de 1849 a 1850, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.; que visto o orçamento fl. 4, e o supplementar fl. 7, ambos approvados por accordo do conselho de districto, pelos quaes se mostra que a receita propria do anno não chega a 4:000\$000 réis, e visto o que dispõe o n.º 2 do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859, não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Faro, no anno economico de 1849 a 1850, de que trata este processo.

Lisboa, 30 de março de 1860.—Lara, relator.—Albergaria.—Larcher.—Margiuchi.—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 17 de abril de 1860.—Castano Francisco Pereira Garcez.

EDITAL

A camara municipal de Lisboa pretende dar de aforamento um terreno baldio, que forma um pequeno canto na frente do predio na rua do Sacramento n.º 1, freguezia de S. Pedro em Alcantara; e em conformidade das instrucções do governo civil de 10 de agosto de 1855, destinou o dia 4 do proximo mez de maio, pelas cinco horas da tarde, para se proceder á vistoria, medição, e avaliação do mesmo terreno; e convida por isso a todas as pessoas que quizerem presenciar este acto, ou que tenham alguns motivos de opposição a elle, que compareçam, a fim de ser tudo tomado na devida consideração, mencionando-se no respectivo auto, conforme o determinam as citadas instrucções.

Camara, aos 19 de abril de 1860.—O presidente, Antonio Esteves de Carvalho.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

Pelo juizo administrativo do bairro de Alfama, e cartorio das capellas da comarca de Lisboa, se annuncia que no dia 11 do proximo mez de maio, pelas onze horas da manhã, na administração do dito bairro, na rua nova da Palma n.º 4, se ha de proceder na venda em hasta publica, a quem mais der, de uma junta de bois, sendo um preto azeviche e outro mais claro, grandes; setenta e cinco ovelhas; uma ceara de cevada de uma terra chamada o Regato, que levará de semente cinco alqueires de trigo, no limite do lugar de Pinteus, freguezia do Tojal; e bem assim as cearas do casal de Pinteus, no limite do dito lugar; a saber: de quarenta e dois alqueires de trigo, sementeos em vinte geiras de terra; de seis alqueires de cevada em duas geiras; de seis alqueires de milho em quinze geiras; e de cebolo em duas hortas, que serão duas geiras; o que tudo foi penhorado a Francisco Rodrigues de Carvalho, como rendeiro do referido casal, na execução fiscal contra D. Maria Carlota de Cabedo e Alameda, como curadora de seu marido Pedro Maria Telles de Mello Malheiros Brito Freire e Albuquerque, administrador de varias capellas.

Pelo juizo administrativo do bairro de Alfama, e cartorio das capellas da comarca de Lisboa, se annuncia que no dia 11 do proximo mez de maio, pelas onze horas da manhã, na administração do dito bairro, na rua nova da Palma n.º 4, se ha de proceder em hasta publica ao arrendamento de uma propriedade de casas abarracadas, sita no lugar da Ponte de Friellas, d'esta comarca, constando de quatro casas, cocheira, e um quintal murado em roda, com poço e tanque, levando de semente quatro alqueires; e bem assim um cerrado á borda do rio, constando de terra de semente, que levará quatro

alqueires, e tem quatro figueiras; tudo penhorado na execução fiscal contra José de Mello e Albuquerque, como administrador da capella instituida pelo conego Rodrigo Esteves Fialho, na igreja de Santa Justa d'esta cidade.

Lisboa e cartorio das capellas, 17 de abril de 1860.—O escrivão ajudante, Ignacio Januario da Silva Avelino.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 21 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho pôr de novo em arrematação a compra de 786.76 de panno azul ferrete, igual á amostra, que será presente n'aquelle acto.

No dia 25, pelo meio dia, o mesmo conselho ha de contratar em hasta publica o fornecimento, pelo tempo que se convencionar, da pregadura necessaria para consumo do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 18 de abril de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 23 do corrente, para a Graciosa com escala por S. Miguel, o patacho *Liberdade*; e a 24, para S. Miguel, o patacho *Mathilde Adelaide*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terceiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 19 de abril de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 13 DE ABRIL
PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LARCHEIR, VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares Conde de Mello (D. Pedro do Rio)

(Assistiam os srs. presidente do conselho, e ministros das obras publicas e da justiça.)

Depois das duas horas da tarde, tendo-se verificado a presença de 26 dignos pares, declarou o ex.º sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente, contra a qual não houve reclamação.

O sr. secretario Conde de Mello:—deu conta da seguinte

CORRESPONDENCIA

Um officio do ministerio da justiça, enviando, para serem distribuidos pelos dignos pares, 60 exemplares do mappa geral estatístico das congruas arbitradas aos parochos e coadjutores das freguezias do continente do reino, relativas ao anno economico de 1856 a 1857.

Mandarão-se distribuir.

—do ministerio das obras publicas, enviando um autographo do decreto das cortes geraes, sob n.º 3.

Para o archivo.

—do ministerio do reino, enviando os documentos pedidos pelos dignos pares visconde de Fontes Arcada e visconde de Balsemão, relativos á saída de um livro da bibliotheca da cidade do Porto, intitulado *Tirant el Blanco*.

Para a secretaria.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—sr. presidente, tenho a honra de apresentar á consideração da camara dos dignos pares o seguinte projecto de lei:

nobre ministro das obras publicas; agora, em presença do *Times*, que leu, em que se offendia a honra nacional, não podia deixar de fallar, por isso mesmo que tem tudo ao credito do seu paiz. Naquelle artigo fundiam-se effectivamente certos recios, e por tanto nada mais natural do que entender elle, orador, que, no interesse do paiz, deo a vir dirigida uma pergunta ao governo. Disse então que graves recios existiam, e porque na verdade que a gente está na crenga profunda de que sem duvida o nosso credito ha de ir soffrendo cada vez mais com a constante emissão de inscripções (*apoiados*). (O sr. Visconde de Fontecada:—é verdade, é o sistema de Law.) Entretanto (o sr. Visconde de Castro:—sobre a ordem) a pergunta que fez ao sr. ministro dos negocios estrangeiros foi somente, se lhe constava que os nossos fundos tivessem baixado, ao que lhe pareceu que s. ex.ª respondeu, que não estava habilitado para dar sobre este ponto uma resposta segura, clara e verdadeira. Então o orador parou com a sua interpegação, mas não deixou, nem deixa, de esperar em Deus que lhe dará sempre forças para occupar a tribuna com independencia e firmeza.

E agora, mais por incidente que por querer de modo algum justificar quaesquer reclamações, e amando sempre a sua nacionalidade, do que tem constantemente dado provas, dirá que tem sempre entendido ser muito conveniente que tenhamos credito em Londres, e que é necessario mesmo para o bem do paiz que os nossos fundos sejam accreditados na Inglaterra. São estes os seus desejos, em que não cre que haja ninguém que o contrarie. Eis a explicação que tinha agora a dar. Quando esta questão vier, procurará occupar-se d'ella tanto quanto couber em suas forças.

O sr. Ministro das obras publicas:—o que diz o *Times* a respeito de conferencias com elle, sr. ministro, é menos exacto, assim como o que diz o proprio sr. William Napier n'uma carta que lhe dirigiu e que fez publicar em portuguez. O artigo do *Times* pôde-se dizer que é uma traducção literal da carta, pelo que já se vê que o artigo é da mesma pessoa. Assim n'uma como n'outra parte se encontram inexactidões e até contradicções, porque, com quanto haja pontos da carta que vem transcriptos, até com as mesmas palavras, no artigo, ha outros que se destroem totalmente um pelo outro. Logo dirá o que é na verdade se passou.

Os artigos que ora apparecem no *Times* não são mais do que a realisação das ameaças feitas por sr. Morton Peto ao governo portuguez em algumas de suas cartas. Ignora se o digno par tem noticia da sua correspondencia com aquelle individuo, correspondencia que já elle, sr. ministro, apresentou á camara dos srs. deputados, e que por ordem da mesma camara foi publicada. Se o digno par tomar conhecimento do que n'ella se contém, verá como são infundadas as arguições que alli se fazem ao governo portuguez.

Sr. Morton Peto reclama ha muito tempo indemnisações de despezas, que diz ter feito em Portugal, para ver se levava a effecto o seu contrato, que aliás não pôde realisar; e em virtude da qual não realisou o contrato foi rescindido na conformidade da lei. Effectivamente em todas as respostas d'elle orador, que se acham impressas, sempre disse a sr. Morton Peto, que se por ventura se julgava com direito a receber indemnisações mandasse os documentos que o comprovavam, porque esse direito não se via que existisse nem pelo contrato nem pelas leis; mas que poderia constar de documentos que elle possuísse, os quaes devia por isso apresentar. As respostas demoraram-se até que elle disse que não julgava conveniente continuar a discussão por meio de cartas, e que por isso mandaria a Lisboa um agente para tratar de semelhante negocio. Com effeito esse agente veio a Lisboa, foi sr. William Napier, e apresentou certos documentos, mas não officiaes; apenas cartas e alguns telegrammas, o que tudo se encontra na publicação mandada fazer pela camara dos senhores deputados. Entretanto o que é certo é que elle, orador, nunca deu a esse cavalheiro resposta nenhuma positiva, e apenas lhe disse, que o governo havia de resolver depois de ouvir os fiscaes da coroa relativamente ás indemnisações que se pediam. Posteriormente sr. William Napier adduziu outra inexactidão quando disse que o governo para fins ou manobras politicas demorava a sua resolução, quando o que é certo é que sobre a sua instancia para tal resolução o que se lhe disse foi que o governo ainda se não tinha podido occupar d'esse negocio, por isso mesmo que tinha outros entes mãos, taes como a questão do contrato Salamanca, e porque de mais a mais se tinha dado infelizmente o acontecimento de fallecer um dos membros do ministerio, estando tambem doente por esse tempo o nobre presidente do conselho, o que tudo na verdade obstava a que os ministros se podessem reunir para com descanço se occuparem de semelhante negocio.

Que pela propria carta de sr. Napier se via que o governo não dava resposta sem ouvir os procuradores fiscaes. Mais tarde porém veio ainda sr. Napier procura-lo a elle, orador, e instou de novo pela resposta, entregando-lhe em mão uma carta que está igualmente já publicada. Esta carta fez-lhe entrega d'ella em inglez e logo ali a traducção para portuguez. Como a carta estava fechada, não a abriu diante de sr. Napier, mas assim que elle se retirou, abriu (era isto no dia 15 ou 16) e leu a carta; mas mal tinha acabado de a ler, recebeu um bilhete do mesmo, marcando praso para a resposta, e declarando que, se dentro d'esse praso não fosse satisfeito, ia para Londres, e faria publicação pela imprensa contra o governo portuguez. A isto respondeu, tambem n'um pequeno bilhete, elle, sr. ministro, bilhete que se acha igualmente na publicação feita pela camara electiva, que o governo não recebia intimações, nem consentia que se lhe marcessem prazos (*apoiados*); que havia de responder, sim, mas que só o faria quando o julgasse conveniente, ouvidas as estações competentes (*apoiados*). Se o digno par tivesse visto a publicação feita, acharia que os factos, taes como os descreve o orador, são mesmo da natureza d'aquella correspondencia.

Em quanto ao mais que diz o *Times* sobre as nossas finanças, só ha que dizer que os factos são inexactos; figura-se haver um deficit que não é o nosso, e finalmente desloca-se a ordem dos factos; fazendo-se por fim uma ameaça, que depois se retira, mas que em fim existiu, e que mostra que a tal publicação de artigos no *Times* não é mais do que o cumprimento do desejo manifestado de fazer mal ao governo, e pôr embaraços a que se faça o caminho de ferro. Parece-lhe que effectivamente é esta a conclusão, e a condição de ser, do artigo do *Times*, comparado com as cartas de sr. Morton Peto e de sr. William Napier.

O sr. Visconde de Castro:—pordoe-me v. ex.ª que lhe diga que se esqueceu de que eu lhe tinha pedido a palavra sobre a ordem.

O sr. Presidente:—peço desculpa a v. ex.ª; mas não ouvi; julguei que era sobre a materia.

O sr. Visconde de Castro:—sr. presidente, pedi a palavra sobre a ordem, porque desejava fallar antes do sr. ministro, com o intuito de ver se s. ex.ª declinava a sua resposta; pois, tendo dito o digno par e meu amigo o sr. visconde de Athougia, que este negocio vinha necessariamente a produzir uma interpegação, digo, uma reclamação de governo a governo; entendia eu que elle se devia de já reputar um negocio pendente, e que, quanto menos se dissesse aqui, melhor estaríamos collocados para nos

defendermos de qualquer aggressão. O sr. ministro das obras publicas respondeu em termos muito proprios, e não tenho nada a lamentar a este respeito; mas só direi que demos valor de mais ao artigo do um jornal inglez, que, a proposito de um negocio particular, descarrega as suas iras sobre Portugal, assim como o faz repetidas vezes sobre a Austria, sobre a França, e outros paizes igualmente respeitáveis.

O nosso estado financeiro não é prospero, todos convem n'isso, mas ainda assim não carece do auxilio do *Times* para melhorar. O que nós precisamos, sr. presidente, é tratar com assiduidade dos nossos negocios, mas tratarmos de boa fé, e de modo que nas materias de credito nem haja opposição nem ministerio; e digo isto a proposito de se proferir aqui alto e bom som, que o sistema das nossas finanças era o sistema de Law; e isto quando estão para chegar a esta camara as medidas de fazenda, cujo exame demanda toda a nossa sizaude e circumspecção. Sr. presidente, quando aqui se diz isto, não temos de que nos queixar do *Times*, porque elle não disse tanto.

Sr. presidente, devemos respeitar o credito publico; e não sermos nós os que mandemos dizer para Londres, que hoje é o centro do commercio da Europa, que o nosso systema financeiro é o systema de Law.

Estão para chegar aqui esses projectos de fazenda; não sabemos ainda como virão do outro ramo do poder legislativo, mas em todo o caso, eu e os meus dignos collegas, estamos no nosso direito de fazermos acerca d'elles as observações que entendemos convenientes; mas a camara não deve ser a primeira a designar esses projectos, que ainda aqui não appareceram, como mercedores de reprovação; este modo de combater as cousas, é que nos pôde levar ao tal abysmo de que nos fallam ha muito tempo, a esse abysmo que não tem vindo, e que se Deus quizer não ha de vir.

Se desconfiamos de nós mesmos, não podemos dar um passo; mas este estado não pôde continuar. Eu pedia, e peço de mãos postas, que em materias de credito sejamos o mais circumspectos possivel; e quando vierem as reclamações não tenhamos demora em responder, porque esse é um dos mais graves inconvenientes. Não se diga aqui que o governo inglez está sempre prompto a proteger as reclamações de seus subditos; elle não pôde deixar de o fazer: desde que um subdito inglez se apresenta ao seu governo a reclamar contra qualquer injustiça que entende que se lhe fez, o governo tem obrigação de remetter uma nota da reclamação ao seu ministro na corte a que o caso se refere, e se o não fizesse era accusado no parlamento; porém está da parte do paiz que soffre a reclamação avaliar com imparcialidade e boa fé, e responder promptamente; a resposta tardia faz passar a justiça para o lado opposto.

Venha a reclamação e não haja medo d'ella.

O sr. Conde da Taipa:—que sempre tem toda a consideração pelo que o sr. visconde de Castro, não pôde com tudo concordar com a doutrina que acaba de ouvir-lhe, de que nas questões de fazenda, não deve haver ministerialismo nem opposição (O sr. Visconde de Castro:—declara que não disse tal cousa); que comprehenderia se dissesse isto com referencia a opposição e a ministerialismo; mas não no sentido, e com a applicação que lhe pareceu ter ouvido.

O illustre orador applicou a situação actual o que acabava de expor, a fim de fazer conhecer que, em presença de um systema tão deploravel, como o que se segue; quando se querem emitir inscripções para as levar ao mercado e ir satisfazendo ás despezas correntes do serviço publico, era impossivel deixar de haver opposição, e de lá fazer o orador. Não podia elle deixar de ser da opposição em quanto por fim não tivessemos um governo serio, que tratasse de quebrar a chapa das inscripções, que tratasse de mudar o systema tributario, porque o que está, é de tal natureza, que só os pobres e austeros, e que pagam, os ricos, esses que são os lançadores, não pagam o que devem, não concorrem com a sua quota devida para as despezas publicas; de certo que actualmente o systema de tributos que temos define-se em duas palavras muito insignificativas: avexar muito e produzir pouco.

Maravilhou-se de ouvir um illustre orador mostrar-se severo, e quasi diria tão injusto, a respeito de sr. Morton Peto pelos artigos publicados no *Times* sobre o nosso estado financeiro; quando podia asseverar que era essa a opinião geral da Inglaterra, como podia mostrar por meio de cartas de ingleses muito interessados nos nossos fundos, que se exprimiam do mesmo modo.

O orador tambem não concebe esta aversão que se manifesta contra a Inglaterra, á qual o orador faz elogios, como sendo quem está garantindo a nossa independencia, como sendo a nossa aliada natural, e a nação que nos compra os nossos productos.

O governo inglez é um governo esclarecido e providente, que, se alguma vez nos tem feito reclamações menos justas, é por nossa culpa, e para nos punir: e com tudo, mesmo então, não é capaz de elevar-se contra a arbitragem de uma nação mediadora. E aqui fez allusões a umas reclamações a respeito das quaes se rendeu á decisão arbitral do senado de Hamburgo, que foi a nosso favor; não fez como o *Charles et Georges*, que entrou ali de portinholas levantadas, e com o murrão acceso. Pela sua parte desejava que as estradas de viação accelleradas tivessem sido contratadas com os ingleses; mas não se fez assim, preferiram-se hespanhoes ou francezes, que não amam este paiz, e desajuram, principalmente os primeiros, levar por diante planos e desejos altamente incompatíveis com a nossa independencia.

O nobre orador demorou-se em muitas outras considerações, e concluiu o seu discurso fazendo votos por que não venha a ser-nos muito prejudicial o contrato Salamanca em si, e nas medidas que vae provocar aggravando o nosso pessimo systema tributario.

O sr. Visconde de Algés:—pediu a palavra sobre a ordem, para pedir ao sr. ministro das obras publicas, que se digno dar as suas ordens para se remetterem a esta camara os documentos a que s. ex.ª acaba de referir-se, isto é, a correspondencia que houve entre s. ex.ª e sr. Morton Peto e seu procurador, porque depois d'este negocio ter vindo á discussão, é necessario habilitar a camara para poder examina-lo; e assim espera que o sr. ministro annuirá a este seu pedido.

O outro fim para que o nobre orador pediu a palavra, foi dizer alguma coisa sobre o objecto de que se trata; e começou por declarar que inteiramente concorda com as idéas apresentadas pelo sr. visconde de Castro, e cre que a camara o acompanhará n'esta declaração (*apoiados*). Ainda que sente grande satisfação sempre que houve o sr. conde da Taipa, que não só falla com muita graça, mas com grande somma de conhecimentos e muita instrucção; pede contudo licença a s. ex.ª para lhe observar, que não basta dizer-se boas cousas, é necessario que se digam a proposito, e quando se possa tirar d'ellas algum bom resultado.

O sr. conde fallou no systema tributario, fallou sobre emissão de inscripções, e o que disse obriga o orador a proferir algumas palavras que obtem a que o publico formar talvez um juizo errado, porque nem todos podem estar bem ao alcance do verdadeiro estado das nossas finanças, e no caso de po-

derem avaliar com segurança as medidas que sobre o mesmo estado o governo propõe ao parlamento. É uma simples rectificação o que vae dizer.

Disse o digno par que o governo tinha tencão de fazer uma grande emissão de inscripções no valor de alguns milhes, para ir vendendo-as ao mercado; mas o governo ainda não manifestou semelhante intencção, e n'esses projectos, bons ou maus, que já apresentou, e dos quaes não se trata agora, pelo que se abstem o orador de emitir uma opinião; n'esses projectos não ha o mais leve indicio por onde se possa presumir que tenha intencção de crear inscripções para vende-las ao mercado. Vender inscripções seria matar o credito (*apoiados*).

Não acrescenta nada mais a esta sucinta rectificação, visto que n'esta occasião nem é necessario, nem deve dizer mais nada (*apoiados*).

O sr. Visconde de Balsemão:—como n'esta camara se ha de tratar de um objecto muito importante, qual é o da construção dos caminhos de ferro, qual o seguinte requerimento, pedindo desde já que seja declarado urgente.

«Requerio que, pelo ministerio das obras publicas, sejam remettidos a esta camara:

1.º Os estudos do caminho de ferro á fronteira de Hespanha pelo engenheiro portuguez Aguiar.

2.º Os orçamentos, se os ha, sobre este caminho.

3.º Quaesquer estudos sobre este caminho feitos por engenheiros estrangeiros.=*Visconde de Balsemão*.»

Foi admittido.

O sr. Visconde de Algés:—como o digno par o sr. visconde de Balsemão pediu que o seu requerimento fosse declarado urgente, visto que a camara já o admittiu, agora o que falta é propor se se a camara o declara.

Declarado urgente, e em continuação approved.

O sr. Visconde de Fontecada:—disse, que na occasião em que fallará o digno par o sr. marquez de Vallada sobre a má situação financeira do paiz, alludindo s. ex.ª á illimitada emissão de inscripções, ou de papeis chamados de credito, elle, orador; dissera em um aparte: «temos o systema de Law»; que este aparte bastará para que o digno par o sr. visconde de Castro, no seu discurso, tomasse conta d'estas palavras e as chamasse á discussão, censurando a elle, orador, pelas ter proferido; que palavras assim ditas, e não sendo dirigidas a qualquer digno par, nunca, que elle, orador, soubesse, se costumavam chamar para a discussão; que esta pratica era fundada na civilidade que os dignos pares devem uns aos outros.

Que elle, orador, tinha dito aquellas palavras, e já que d'ellas se tomara nota, posto que não quizesse fazer uma prelecção sobre o systema de Law, e compará-lo com o que se tem adoptado entre nós, que diria que a intelligencia que quizera dar áquellas palavras, era, que continuando o systema da illimitada emissão de inscripções, havia de chegar tempo em que estes papeis nenhum credito haviam de ter.

Que já o decreto de 18 de dezembro, reduzindo o juro da divida de 5 por cento a 3 por cento, tinha sido uma bancarrota parcial. E não será seguir o systema de Law a emissão constante e illimitada de papeis de credito, que por isso mesmo se hão de vir a depreciar, vendo-se depois o governo obrigado a fazer ás inscripções de 3 por cento o que fez ás de 5 por cento?

Que sentia que o digno par se enojasse tanto em ouvir as suas palavras, mas que estava certo que o digno par, continuando o systema financeiro que se está seguindo, havia de confessar que o desfecho ha de ser desastroso; que embora negassem que o systema seguido não se podia comparar com o de Law; que elle, orador, importava-lhe pouco os nomes quando os resultados seriam os mesmos: que mais nada diria.

O sr. Visconde de Castro:—eu não tive a idéa de offender nem o mais levemente o digno par, e retiro qualquer expressão que a s. ex.ª pareça offensiva; mas é certo que quando o digno par o sr. marquez de Vallada dizia que se estavam fazendo continuamente emissões e emissões de inscripções, o digno par o sr. visconde de Fontecada acrescentou, e de modo que todos ouviram, estamos no systema de Law. Mas, eu não me levantei para fallar sobre estas palavras do digno par, não senhor; pedi a palavra sobre a ordem, a fim de evitar, se podesse, como principiei por dizer, que o sr. ministro das obras publicas se explicasse sobre a pergunta do digno par o sr. visconde de Athougia, pelos motivos que logo dei, e de modo algum para fazer um capitulo de accusação das palavras de s. ex.ª o sr. visconde de Fontecada, cuja boa fé eu reconheço, tributando-lhe sempre o maior respeito. Dada esta explicação ao digno par, eu nada mais diria, se não tivesse de rectificar uma expressão do digno par o sr. conde da Taipa.

Havia eu dito que em materia de credito não devia haver opposição nem ministerialismo; mas o digno par o sr. conde da Taipa afirma que eu havia dito que em materia de finanças não devia haver opposição nem ministerialismo! Pois era possivel, sr. presidente, que se proferisse semelhante absurdo? A que ficaria reduzida esta camara, ou a outra camara, se tal acontecesse? Teriamos o queiro, posso e mando, porque as camaras de nada serviriam, se selhes tolhesse a principal das suas funções, o exame profundo, e a decisiva constituição, das suas finanças.

Que eu disse foi, que em materia de credito publico todos nos deviamos unir, evitando o desconceito de nós mesmos: o credito é sempre respeitado, mesmo por aquellas nações que menos d'elles precisam ou dependem; e nós que tanto d'elles dependemos actualmente, pois que as grandes obras publicas se não podem fazer sem o seu auxilio, não devemos prejudica-lo com a nossa linguagem exagerada. Pois julga o digno par, que esses projectos de finanças, que ali se apresentaram, veem acabar com todas as nossas difficuldades? Pensa que o novo systema tributario, nos habilitará para satisfazermos a todas as nossas necessidades? Não senhor. Esse, ou qualquer outro systema que se lhe substitua, deve ser acompanhado do credito, e sem isso será sempre inefficaz.

Mas disse s. ex.ª, é necessario mudar de caminho e eu tambem digo que é necessario mudar de caminho, e a primeira cousa, que para isso havemos de fazer, é não tratar de objectos que não estão em discussão, e só d'elles tratar em occasião propria. Mudemos pois de caminho, porque d'isto temos muita necessidade. Quando aqui vierem os projectos de fazenda, tratemos de todos elles com muita seriedade; quando aqui vier o projecto sobre os caminhos de ferro, examinemo-lo muito bem; mas tudo isto no seu logar proprio; ao menos é isto o que elle, orador, entende, e o que lhe parece que a camara quer (*apoiados*).

O sr. Visconde de Athougia:—o digno par o sr. conde da Taipa e o nobre ministro das obras publicas, responderam ás observações que elle, orador, fez, e está satisfeito porque obteve o seu fim; pois o que desejava era uma declaração explicita do sr. ministro, de que não é exacto o que o procurador do sr. Peto tinha asseverado a respeito do ministerio de Portugal.

Fez algumas considerações tendentes a mostrar que o sr. conde da Taipa, se tinha equivocado attribuindo-lhe expressões a respeito de sr. Morton Peto, que sómente havia empregado a respeito do seu procurador, e tanto que até acrescentára que ha procuradores que procuram mal; e passou a re-

forçar aquelle seu dito, por meio das comparações entre o que se acha no folheto d'este sr. e o que se lê no *Times*, as quaes revelam uma origem identica apesar de algumas excentricidades jornalisticas, que não podem contudo esconder inteiramente essa origem commum.

Tendo o digno par parecido inculcar-se por muito amigo dos ingleses, e ao orador como amigo dos hespanhoes e dos francezes, observa que no seu conceito todas as nações são o mesmo; que por sua parte não é senão portuguez, e que o seu unico desejo é que nos tratem com a mesma consideração com que tratam os outros paizes, e não façam uma politica para nações grandes, e outra politica diferente para as nações pequenas (*apoiados*); e não pôde deixar de observar que o digno par indicou naturalmente, como para mostrar que o orador não tinha razão em ser mais amigo dos francezes, que a Inglaterra depois de uma arbitragem que ficou decidida a nosso favor, sujeitou-se a ella. Grande milagre, disse o orador! Quando é que um negocio que os arbitros decidem, deixa de finalisar? Mas como o digno par pôz em paralelo a questão do *Charles et Georges*, para a qual não houve arbitragem, o orador torna a repetir, que para elle todas as nações são o mesmo; deseja que ellas tenham igual consideração com qualquer paiz independente, seja grande ou pequeno; mas responde ao digno par, que trouxe a comparação do procedimento do governo inglez a nosso favor; que quando o governo portuguez pediu o seu auxilio sobre aquelle objecto, a Inglaterra disse «pague tudo, para não ter de pagar mais.» Foi o que ouviu n'esta casa (*apoiados*). O orador tem muitos motivos para respeitar a nação ingleza, porque conhece as suas grandes virtudes, mas tambem conhece que a resposta de Portugal nem sempre são as suas reclamações tão raras como são a respeito dos outros paizes. O digno par fallou tambem em muitas cousas em que o orador não tinha tocado; fallou em inscripções, fallou em mau systema do governo, deu muitos conselhos, disse que era mais facil dar conselhos do que haver pessoas que os adoptassem, que podiamos ficar perdendo a esperança de ser nação, se não houvesse uma porta por onde se podesse sair d'este estado, que o ministerio actual não era capaz de fazer o que se precisava, nem outros... e com tudo s. ex.ª apoiou o ministerio passado, e fazia votos para que elle voltasse...

O sr. Conde da Taipa:—isso é uma poesia do digno par.

O orador:—parece-lhe que o sr. conde apoiou o ministerio passado; mas não faz questão d'isso, e só quer mostrar ao digno par, que não deve deixar-se arrastar das paixões, deve fazer justiça aos seus collegas, que são tambem tão amigos do seu paiz, como s. ex.ª pareceu indicar.

O orador tem a convicção de que tudo o que o *Times* diz é uma inexactidão; e invoca todos os que têm estado nos diferentes ministerios, alguns dos quaes já foram ministros da fazenda, e poderão dizer se em Portugal se emitiram algumas vezes inscripções em segredo para evitar emprestimos? Está persuadido de que em Portugal ainda não houve ministerios que emitissem inscripções sem vir ás camaras, e esse é o facto (O sr. Visconde de Algés:—apoiado). Veja o digno par o que diz o *Times*, e diga em consciencia se nós já lançamos na praça tantos papeis quantos são precisos para pagar as nossas despezas? Isto não é exacto, e apella para todos os ministros da fazenda, para que declarem se em algum tempo, algum ministerio, emittiu inscripções que não fossem de antemão decretadas pelas cortes? (*apoiados*).

Este é o ponto em que julgou dever indicar ao digno par que não estava tão alheio da materia como suppoz, e quanto ao mais em que s. ex.ª fallou, como não trata d'esses objectos, os srs. ministros que respondam.

O sr. Ministro das obras publicas:—pede a palavra só para dizer que não existem outras reclamações senão as de sr. Napier, em nome do sr. Peto, e não do governo inglez. Essas reclamações seguem os tramites ordinarios, são mandadas aos fiscaes da coroa, para que o governo, com a opinião das pessoas competentes, possa resolve-las como julgar conveniente.

O sr. ministro abunda muito nas idéas do sr. conde da Taipa, sobre as considerações que fez a respeito da nação ingleza. O orador não pertence a esses individuos que são animados de uma forte indisposição para com o governo inglez; e cujo numero se lhe affigura todos os dias menor por se ir desdopindo de injustas prevenções. Entretanto não pôde o sr. ministro levar tão longe esta sua admiração pela nação ingleza, que entenda que ella seja sempre e exclusiva contrahadora nas nossas emprezas. O governo actual já tem feito contratos de caminhos de ferro e outras emprezas, com companhias inglezas; mas não entende que deva sómente contrahar com ingleses, mas com quem quer que offerecer condições mais vantajosas para o nosso paiz (*apoiados*). Nem lhe parece que venha para aqui a questão de nacionalidade. Mesmo para asseguarmos a nossa, é necessario que tenhamos caminhos de ferro, e regulemos bem o nosso systema financeiro, porque d'aqui é que hão de sair as garantias para a nossa nacionalidade.

Tambem não lhe parece exacto que os artigos do *Times* não sejam as opiniões de sr. Peto, como disse o digno par, mas de capitalistas respeitáveis, e fundando-se em cartas que elle, orador, não viu. Mas os artigos do *Times* são de certo de sr. Peto, porque são a traducção das cartas de sr. Napier, e elle é que disse, que se o governo portuguez lhe não pagasse a sua indemnisação, havia de escrever em Londres sobre este objecto. Portanto são as ameaças de sr. Peto ao governo, por não pagar aquella indemnisação. Mas se lhe pagasse na epocha em que elle quizer, não havia a consequencia proxima de uma bancarrota e outros abysmos que apresenta!

Que alem d'isso as asserções dos artigos do *Times* (não se refere ás opiniões, mas ás asserções) são completamente inexactas, porque diz que é necessario quebrar as chapas das inscripções para este paiz entrar em bom caminho financeiro. Que sr. Peto não é quem havia dizer isso; porque fez um contrato de caminho de ferro, cujos encargos são os que estão em outro contrato, que ha de ser discutido por esta camara, e n'essa occasião votou-se uma emissão grande de inscripções. Aquelle contrato não foi ávante, mas se agora apparece a mesma medida, e tambem se vota uma emissão de inscripções, é porque n'essa construção havia que fazer uma linha só, e agora são duas. Propondo o governo esta medida, procurou os meios necessarios para fazer face ás despezas.

Contudo como este objecto não está agora em discussão, faz esta observação para mostrar que o governo entendeu que devia dotar o thesouro publico com meios para fazer face a esta despeza; e abundando nas idéas do sr. visconde de Castro reserva o mais que tinha a dizer para quando se tratar d'este assumpto (*apoiados*).

Ao digno par o sr. visconde de Algés declara que mandará para a camara os documentos que s. ex.ª pediu, e que ha de satisfazer tambem, com brevidade, ao requerimento que o sr. visconde de Balsemão acabou de fazer.

O sr. Visconde de Balsemão:—ha pouco foi lido na mesa um officio remettendo alguns documentos com relação ao livro hespanhol intitulado *Portant el Blanco*, que foi tirado da bibliotheca do Porto;

pedia eu a v. ex.ª quizesse ter a bondade de mandar ler a carta do director da bibliotheca publica do Porto, para fazer depois algumas observações.

O sr. Presidente:—sim senhor.

O sr. Secretario:—leu-a.

O sr. Visconde de Balsemão:—eu vejo-me obrigado a declarar solemnemente a esta camara, que esse livro pertence á minha casa, e n'elle devem existir as armas d'ella, e reservo-me o direito de usar dos meios judiciais que estão ao meu alcance para fazer a acquisição d'elle visto ser propriedade minha, e ter ido para aquelle estabelecimento junto com a livraria da minha casa, que ainda ali se conserva. D'essa livraria quiz eu fazer a reclamação, no tempo que o fallecido sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães foi ministro, a qual sustei porque s. ex.ª me asseverou que propria uma medida semelhante á que se tinha resolvido para pagamento da livraria do ex.º bispo do Porto; mas isso não teve logar. Eu tinha a intencção de ceder alguns d'esses livros á bibliotheca; mas como vejo que elle tomou outro destino, é de meu dever reclamar-lo, quando me convier, usando do meu direito (*apoiados*).

O sr. Marquez de Vallada:—ignorava o que acabou de dizer o digno par visconde de Balsemão: mas por esta occasião pergunta á mesa, se já veio a resposta pedida pelo digno par o sr. visconde de Fontecada, com relação á saída d'esse livro da bibliotheca?

O sr. Secretario:—eu vou ler todos os papeis que vieram hoje (*leu-os*).

O sr. Marquez de Vallada:—julga que o digno par o sr. visconde de Fontecada, que tomou a iniciativa n'este negocio, não deixará de fazer uma interpegação a tal respeito, na qual elle orador ha de tomar parte, como já declarou aqui; e se o digno par não interpellar sobre isso o sr. ministro do reino, que é o competente, então o fará elle, orador, porque não pôde ficar no escuro um caso inteiramente novo pelas circunstancias de que está revestido. É necessario esclarece-lo (*apoiados*).

O sr. Visconde de Fontecada:—sente que não esteja agora presente o sr. ministro do reino para se tratar d'este negocio. A interpegação que pretende fazer reduz-se a algumas observações a s. ex.ª, e sendo isso facil, não sabe se será necessario avisar-lo para isso, ou se bastará aproveitar a occasião de estar s. ex.ª presente. No entretanto, para mais regularidade vae inscrever e mandar para a mesa a seguinte nota de interpegação:

«Requerio que se avise s. ex.ª o sr. ministro do reino, que desejo interpellar sobre o seu officio em resposta ao meu requerimento sobre o livro *Tirant el Blanco*.»=*Visconde de Fontecada*.

Approvada para se expedir.

O sr. Marquez de Niza:—ha duas sessões mandou para a mesa uma nota de interpegação ao sr. ministro do reino, a qual, tendo sido julgada urgente, foi logo approvada pela camara; e deuse para ordem do dia da sessão passada, o que não pôde então ter logar porque aquella sessão foi occupada toda com outros negocios que n'ella se tratavam: passou então para ordem do dia de hoje, e por isso deseja saber se a mesa avisou o sr. ministro do reino...

O sr. Ministro das obras publicas:—parece que o digno par estranha que o meu collega do reino não esteja presente n'esta camara, mas eu observo a s. ex.ª que a razão é porque tem estado na camara dos srs. deputados, onde era necessaria a sua presença.

O sr. Presidente:—o digno par não censurou a ausencia do sr. ministro, fez apenas á mesa uma pergunta, que foi, se se tinha comunicado ao sr. ministro do reino a ordem do dia de hoje; ao que eu respondendo, informando o digno par, que se comunicou ao sr. ministro qual era a ordem do dia de hoje, como é de pratica.

O sr. Ministro das obras publicas:—muito bem, mas permita v. ex.ª que eu observe, que parece á primeira vista que o meu collega é culpado de não vir aqui; mas eu annuncio a esta camara, que na ultima sessão começou na dos srs. deputados uma interpegação que devia hoje continuar, na ultima hora de sessão, e que o meu collega tinha necessidade de assistir a essa interpegação. Eis a razão justificada porque não compareceu n'esta casa.

O sr. Marquez de Niza:—não teria fallado n'esto se não soubesse que o sr. ministro do reino esteve na outra casa do parlamento no fim da sessão; e como essa sessão acabou ha mais de uma hora, é para estranhar que s. ex.ª não viesse aqui, quando o podia fazer, visto que ainda continua a sessão d'esta camara. E é isso mais para estranhar, depois de ter dito o sr. ministro n'esta casa na ultima sessão, que estava sempre disposto a acceder ao mais ligeiro convite que se lhe fizesse para comparecer n'esta camara. Hoje porém s. ex.ª não o entendeu assim (*apoiados*).

O sr. Ministro das obras publicas:—eu não sei quando acabou a sessão da camara dos srs. deputados; mas provavelmente o meu collega não veio aqui porque julgou que esta camara já estaria fechada, ou occupada com outros negocios, que estorariam tratar-se da interpegação; como tem acontecido outras vezes; mas eu lhe communicarei o que aqui se passou, e tenho a certeza de que se apresentará a apresentar-se na proxima sessão.

O sr. Presidente:—pela mesa se lhe fará tambem a communicação official como é do costume.

A seguinte sessão terá lugar segunda-feira (16); e a ordem do dia para a mesma a discussão dos pareceres, n.º 6, sobre o projecto de lei n.º 10, e n.º 7, sob a proposta de additamento ao regimento offerecida pelo sr. visconde de Algés; e as interpegações annunciadas. Está levantada a sessão.—*Passava das cinco horas*.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 13 de abril de 1860

Os srs. visconde de Laborim; duque da Terceira; marquezes de Fronteira, de Niza, de Vallada; condes das Alcaçovas, de Arrochella, do Bomfim, de Mello, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, da Taipa; viscondes de Algés, da Athougia, de Balsemão, de Benagazil, de Campanhã, de Castellões, de Castro, de Fontecada, de Fornos de Algodres, da Granja, da Luz, de Ovar, de Sá da Bandeira; barão de Porto de Mox; Mello e Saldanha, D. Carlos Mascarenhas, F. P. de Magalhães, Margiuchi, Aguiar, Larcher, Eugenio de Almeida, Luiz do Rego, de Fonseca Magalhães, Brito do Rio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 19 DE ABRIL

PRESENCIA DO SR. SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Ao meio dia, verifica-se, pela chamada, estarem presentes 60 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Neutel, de que o sr. Mello Minas não tem podido vir á camara, e continuará a faltar ainda a mais algumas sessões por incommodo de saude.—*Inteirada*.

2.º Do sr. Calça e Pina, de que não compareceu á sessão de hontem por motivo justificado.—<

4.ª Do sr. Santos Lessa, de que o sr. Pinto Carneiro não pôde comparecer á sessão de hoje por incommodo de saúde.—Interrada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio das obras publicas, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Telles de Vasconcellos, relativos á estrada de Vizeu a Lamego.—Para a secretaria.

2.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Telles de Vasconcellos, relativos ao projecto da estrada de Oliveira de Azemeis ao Alto do Lordello no concelho de Cambra.—Para a secretaria.

3.º Do mesmo ministerio, acompanhando a copia, pedida pelo sr. Silva Cabral, da portaria de 27 de abril de 1859 acerca da empreza do caminho de ferro do sul.—Para a secretaria.

4.º Do ministerio do reino, acompanhando o complexo dos esclarecimentos exigidos pelo sr. Luiz Albano, com referencia á universidade de Coimbra e ás escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto.—Para a secretaria.

5.º Uma representação da camara municipal de Sabrosa, pedindo que se erigisse uma comarca judicial de terceira ordem, com a sua sede em Sabrosa.—A commissão de estatística.

6.º De quarenta e tres possuidores de papel moeda, pedindo providencias para o seu pagamento.—A commissão de fazenda.

7.º De duzentos trinta e seis cidadãos dos subúrbios de Castello Branco, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A commissão de fazenda.

8.º Da commissão permanente que representa a classe dos officiaes que serviram nos batalhões nacionaes organisados em Lisboa no anno de 1833, instando pela solução do requerimento que fizeram á camara em 24 de novembro de 1853, pedindo uma recompensa militar pelos seus serviços.—A commissão de guerra.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º A commissão de marinha requer que se peça com urgencia ao governo, pela secretaria de marinha, copia da consulta do auditor do mesmo ministerio acerca das reclamações feitas por um cirurgião da armada contra a proposta do conselho de saúde naval de 23 de maio de 1857.

Sala da commissão, em 18 de abril de 1860.—O secretario, D. Luiz da Camara Leme.

2.º Requeiro que seja mandada a esta camara, com toda a urgencia, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, a portaria de 19 de junho de 1858, com a qual se diz ter sido attendido o negocio da representação que contra o presidente da relação de Loanda, Luiz José Mendes Afonso, fizeram os dois juizes da mesma relação, José Julio Rodrigues e Julio Candido Pereira Cabral, por actos arbitrarios e abusivos do poder, praticados pelo dito presidente no exercicio de suas funções.

Sala da camara, 18 de abril de 1860.—Balduino.

3.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara o relatório recentemente feito pelo engenheiro Antonio Joaquim Pereira, acerca das obras do lazareto desde o seu começo.—José Pedro Antonio Nogueira.

São remetidos ao governo.

Também é mandada ao governo a seguinte nota de interpellação:

«Peço que seja prevenido s. ex.ª o sr. ministro do reino, de que preciso chamar a attenção de s. ex.ª sobre a execução das leis do recrutamento.

«Camara dos srs. deputados, 18 de abril de 1860.—Bento de Freitas Soares».

O sr. Calça e Pina:—manda para a mesa um projecto de lei.

O sr. Mello Soares:—envia para a mesa uma representação da camara municipal de Monte-mór o Novo, queixando-se dos inconvenientes que soffre com a annexação que se lhe fez do quatro freguezias, e pedindo que sejam annexadas aos concelhos que lhe ficam immediatamente limitrophes.

O sr. D. José de Alarcão:—hontem foi distribuido o parecer da commissão de verificação de poderes, com relação aos circulos 157, 158 e 159; ha tempo pediu ao governo, pelo ministerio competente, a remessa de certos documentos de que precisava para poder mostrar a incompatibilidade da eleição do sr. José Maria de Siervo Menezes, pelo circulo 158; esses documentos ainda não vieram, mas tendo em seu poder alguns que mostram essa incompatibilidade, pede que se remetam á commissão, assim como o parecer com relação a este circulo, para os poder apreciar, em quanto não chegam os que pediu ao governo.

O sr. Presidente:—a commissão já deu o seu parecer antes de hontem, o tenciona da-lo para ordem do dia de amanhã, e se o illustre deputado convém, podem esses documentos ficar sobre a mesa para serem examinados pelos srs. deputados.

O sr. D. José de Alarcão:—insiste novamente para que se peçam ao governo os documentos que solicito.

O sr. Mello Soares:—a commissão de verificação de poderes deu um parecer, como sempre, consciencioso e justo, com relação aos documentos que lhe foram presentes, mas o facto é, que entre os deputados eleitos ha um que estava exercendo o cargo de juiz de direito substituto na occasião da eleição; e a commissão do sr. Mello Soares não tendo conhecimento d'este facto; por isso entendendo que estes documentos, e os que o illustre deputado pediu ao ministerio competente, quando vierem, sejam remetidos á commissão, para, com conhecimento de causa, rectificar ou ratificar o seu parecer.

O sr. Sá Vargues:—não se acha presente o relator d'este parecer, que é o sr. Lacerda (Antonio), mas, pela sua parte, declara, que não tem duvida de que esses documentos sejam enviados á commissão, porque ella quando deu o seu parecer foi fundada sobre os papeis que lhe foram presentes, dos quaes não constava a circumstancia de elle ser juiz de direito substituto em effectivo serviço.

Approva-se que se remetterssem os documentos á commissão, com relação á eleição do circulo 153, sem prejuizo dos outros circulos sobre que não ha reclamação.

O sr. Julio Carvalho:—renova a iniciativa do projecto de lei n.º 81, da sessão de 1857. Este projecto diz respeito a Alexandre da Costa Leite, o primeiro official que foi despachado por distincção na guerra peninsular, e que emigrando em coronel com o seu regimento se acha ainda hoje brigadeiro graduado.

Pede, pois, á commissão de guerra que dê quanto antes o seu parecer sobre este objecto, e sobre muitos outros que lhe estão affectos.

O sr. Zeferino Rodrigues:—envia para a mesa uma representação da camara municipal e mais habitantes do concelho de Peniche, que, unidos os seus votos aos do concelho da Lourinhã, pedem que se faça a estrada de Peniche a Torres Vedras.

O sr. Figueiredo de Faria:—envia para a mesa duas representações, uma dos pescadores da Povoia de Vazim, e outra do juiz e mesarios de Nossa Senhora da Guia, de villa do Conde, pedindo ambas a abolição do tributo de 6 por cento lançado sobre o pescado.

O sr. Moraes Soares:—envia para a mesa um projecto de lei.

O sr. Xavier da Silva:—manda para a mesa uma representação dos empregados administrativos dos

concelhos de Aldeia Gallega, Alcochete e Barreiro, pedindo lhes seja applicada a disposição da lei do orçamento, não se lhes deduzindo os 5 por cento additionaes, como se faz aos demais empregados publicos.

Os srs. Maia e Nogueira enviam para a mesa requerimentos pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Thiago Hortas:—tendo-se estranhado que por parte da commissão de guerra se não tenham apresentado ainda pareceres, tem a dizer, que a commissão se reuniu duas e tres vezes por semana, e se não tem apresentado já solução a algumas pertencentes é porque ellas são aos centos, estando resolvida a não apresentar pareceres sobre cousas individuaes, mas sim tratar o assumpto, applicando-o depois ás diferentes hypotheses.

O sr. Nogueira Soares:—não tendo vindo ainda a informação que pediu pelo ministerio da guerra acerca do requerimento de Luiz de Albuquerque do Amaral Cardoso, que serviu na guerra peninsular, pede que se inste novamente por esta informação.

O sr. Visconde de Portocarrero:—tendo-se hontem alludido a resoluções encontradas que tem tomado os tribunales em processos relativos a abusos da liberdade de imprensa, cumpre-lhe dizer que o facto existe, mas entende que nem a camara nem o governo são competentes para apreciar as sentenças de um poder independente. Se apparecer essas contradicções não só de tribunal a tribunal, mas entre os membros de um mesmo tribunal, provém isso das duvidas que offerece a legislação, que fazem com que os tribunales, ou mesmo alguns membros d'elles entendam a legislação de diferente maneira. Mas reconhecendo a conveniencia de harmonisar a legislação sobre este objecto, a fim de tirar as duvidas que se apresentam, ao governo cumpre prover a isto, ou por uma lei interpretativa, ou na reforma do codigo penal que o sr. ministro da justiça disse que brevemente traria á camara.

Lê-se na mesa o seguinte requerimento que tinha ficado adiado para quando estivesse presente o seu auctor.

«Requeiro se peça ao governo, que mande imprimir em um volume, para ser distribuido no parlamento, todos os documentos e correspondencias recebidas e expedidas pelos diferentes ministerios, com relação ao tratado com a Hollanda sobre Timor e Solor, incluindo todas as instruções dadas pelo governo, e as consultas do conselho ultramarino, do procurador da coroa, ou de qualquer outra estação publica, que tivesse sido consultada sobre o mesmo assumpto.»—Antonio Maria Barreiros Arrobos.

O sr. Arrobos:—declara que mandou para a mesa o requerimento que se discute, para que a camara vote com verdadeiro conhecimento de causa sobre um assumpto que envolve a dignidade nacional, e que tende a estabelecer um precedente para fazer tremor pelo futuro de todas as nossas possessões.

Pondera que o tratado sobre Timor e Solor, é por tal modo difficil e tão volumoso os papeis que lhe dizem respeito, que na commissão do ultramar, onde elles estão ha mais de quinze dias, ainda todos os membros não poderam estudá-los, e por aqui veria a camara, se era possível que cento e quarenta deputados podessem estudá-los para se discutirem no curto espaço em que o governo insta para que se resolvam.

O governo que tem o parlamento aberto desde 26 de janeiro, só trouxe este negocio á camara no dia 24 de março, e por tanto não acredita que haja urgencia em que tão depressa se resolva.

Lembre-se a camara, exclamou o orador, de que o official que primeiro fez o tratado foi mandado prender pelo governo pelo ter feito, e que um identico tratado feito depois em Lisboa, é hoje apresentado pelo governo á camara para ser approved.

Diz-se que tantos sacrificios se fazem para evitar futuras contestações, separando as possessões hollandezas das portuguezas na ilha de Timor, e pelo tratado parece que fica uma possessão hollandeza encravada no centro das nossas, de modo que para ir a ella as forças hollandezas terão de passar por cima das nossas...

O sr. Presidente:—adverte o sr. deputado, de que não podendo os tratados discutir-se em sessão publica, contudo o sr. deputado está entrando n'essa materia.

O orador:—pondera que é tal o respeito que tem, não só pela auctoridade de presidente, mas pela propria pessoa que occupa a presidencia, que passava a dar outra direcção aos seus argumentos, apesar de estar persuadido de que não discutia o tratado, mas apontava unicamente os pontos que julgava necessários para mostrar a grande necessidade de que todos os documentos que respeitam á questão de Solor e Timor, incluindo a planta de Timor que o governo remetteu á camara oficialmente, sejam impressos em um só volume, para ser distribuido na camara, e d'este modo todos os srs. deputados poderem ao mesmo tempo estudar em suas casas e a fundo esta questão, á vista da planta lithographada que lhe esteja junta, e assim sabiam todos o que é que se quer vender.

Doutro modo ninguém sabe o que vota, porque é uma algaravia de nomes gentios, sem ao menos se indicarem as latitudes e longitudes de cada um, e isto tudo assim votado equivalia a vender sem que o vendedor saiba o que vende.

Não discute agora o tratado, e por isso não dá sobre elle a sua opinião, mas está certissimo de que para se entender este negocio e votar-se com conhecimento de causa, é preciso que se imprimam não só os documentos que já estão na camara, mas ainda aquellos que a commissão do ultramar hoje pediu que o governo remettersse á camara.

As discussões dos tratados são secretas, mas isto não quer dizer que se sejam os papeis a discutir. A discussão é secreta para evitar que n'ella se profiram opiniões ou palavras offensivas ás nações com quem se trata, e para haver plena liberdade de discussão sem inconveniente; mas quanto aos papeis de um negocio findo não pôde haver inconveniente em que sejam impressos.

Para os deputados não pôde haver inconveniente em que se imprimam todos os documentos, porque todos devem ser vistos por elles, que tem de votar, e a impressão não quer dizer a publicação para fora da camara. Pondera ainda que já existem precedentes, como foi designadamente com o negocio do padroado do Oriente; mas que em todo o caso se o governo e a commissão do ultramar, onde estão os papeis, entenderem que ha inconveniente em se publicar algum documento, esse não se publicasse, apesar de que, repete, que lhe não parece que haja algum que não se possa publicar na camara, sendo a carta de Timor o mais importante de todos os documentos que deverão ser distribuidos; aliás é querer que se vote a olhos fechados.

O sr. Mello Soares:—as considerações do sr. deputado mostram que é necessario não votar com precipitação, e sem conhecimento de causa, uma questão tão importante. A honra nacional e o interesse do paiz exigem que se examine devidamente o negocio, para se poder votar conscienciosamente; para se votar assim é preciso entender a questão, e para esta se entender é preciso estudar os documentos. Não quer com isto dizer que se imprimam todos, mas ao menos aquellos a respeito dos quaes não houver inconveniente (apoiados).

O sr. Nogueira Soares:—ainda não viu os documentos a que se refere o sr. deputado, e por isso não sabe se podem ou não ser publicados sem inconveniente. Parece-lhe que alguns, como por exemplo, as actas do conselho d'estado, não o de-

vem ser, e por isso entende que é necessario pesar bem esta questão antes de se tomar uma resolução definitiva, ou que se declare que sejam impressos aquellos a respeito da publicação dos quaes não houver inconveniente.

O sr. Xavier da Silva:—concorda em que entre os documentos que dizem respeito a esta questão podem haver alguns de mais ou menos gravidade, que não seja conveniente publicar antes da discussão e decisão do parlamento, mas o que é verdade é que a carta constitucional no artigo 75.º, § 8.º, tratando das attribuições do poder moderador, diz: «Fazer tratados de alliança offensiva e defensiva, levando-os depois de concluidos ao conhecimento das cortes geraes, quando o interesse e segurança do estado o permitirem. Se os tratados concluidos em tempo de paz envolverem cessão, ou troca de territorio do reino, ou de possessões, a que o reino tenha direito, não serão ratificados sem terem sido approvados pelas cortes geraes.» O acto addicional declarou depois que todos os tratados viessem sempre ao parlamento; isto importa uma excepção ao § 8.º, e não sabe se o acto addicional, alterando o § 8.º do artigo 75.º da carta, quiz tornar uma discussão secreta o que pela carta constitucional era um acto publico. Não se trata de um tratado de commercio, mas de uma cessão de territorio, negocio em que é preciso haver toda a circumspecção; por isso entende que os documentos que estão na commissão devem vir para a mesa para serem examinados, e imprimem-se, se é possível. E não é para admirar que se peça a impressão d'estes documentos, quando ainda não ha muito tempo se imprimiram os que diziam respeito á concordata com a corte de Roma, questão importantissima, que tocava com assumptos religiosos. Entende portanto que se devem imprimir todos os documentos a respeito da publicação dos quaes não houver grande inconveniencia; e se, como aconteceu com a questão da concordata, algum houver que, abusando da confiança do parlamento, publicar alguns d'esses documentos que confidencialmente lhe são entregues, recida a culpa em quem commetter essa falta.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—pede que se julgue a materia discutida.

Assim se resolve.

O sr. Presidente:—parecia-lhe mais conveniente que a camara resolvesse sobre este requerimento na presença do governo; como este, porém, não está presente, e a camara julgou a materia discutida, vae propor o requerimento á votação no sentido expressado pelo seu auctor, e pelos outros srs. deputados que fallaram, isto é, que se faça a impressão de todos os documentos que não houver inconveniente em serem publicados.

O sr. Mello Soares:—e quem é o juiz d'essa conveniencia ou inconveniencia?

O sr. Presidente:—o governo e a commissão, como sempre se entendem.

É approved o requerimento.

ORDEN DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO, NA ESPECIALIDADE, DO PROJECTO N.º 21

O sr. Presidente:—continua a discussão dos artigos 2.º e 3.º.

O sr. Mello Soares (sobre a ordem):—tinha pedido hontem a palavra sobre a ordem, para mandar para a mesa algumas das propostas que annunciara, quando disse algumas palavras sobre a intelligencia que dava ao artigo 1.º do projecto; e agora declara que faz uso da palavra para não fazer discurso, e somente ler e mandar para a mesa uma moção em relação ao artigo 2.º, que é a seguinte:

«Art. 2.º São sujeitos á contribuição de registro:

1.º Os actos que importam transmissão perpetua ou temporaria de propriedade immovel, de qualquer especie e natureza, por titulo gratuito ou oneroso, qualquer que seja a denominação ou forma de titulo.

Comprehendem-se n'esta categoria os contratos da constituição da emphyteuse, subemphyteuse, ou censo.

2.º Os actos que importam transmissão de propriedade movel, de qualquer especie e natureza, comprehendidos os titulos de divida publica, e accções de companhias e sociedades, e quaesquer papeis de credito publico, e bem assim direitos e accções de valor excedente a 100\$000 réis, por successão testamentaria ou legitima por dote, de accção *inter vivos*, ou *causa mortis*, verificada por esta transmissão.»—Mello Soares.

É admittida á discussão.

O sr. Justino de Freitas:—declara quaes as propostas que a commissão de fazenda adopta d'aquellas que foram hontem apresentadas.

O sr. Presidente:—pede ao sr. deputado que mande esta declaração por escripto para a mesa.

O sr. Simão M. de Almeida:—pediu a palavra para apresentar diferentes emendas e additamentos ao artigo 3.º, mas como já foi mais ou menos prevenido pelos srs. deputados que o precederam, limita-se a mandar para a mesa a seguinte emenda:

«Onde se diz=comprehendem-se n'esta categoria os contratos de emphyteuse=deve acrescentar-se=á excepção d'aquella que for constituída simultaneamente com os contratos de compra e venda.»

Tem-se proclamado a necessidade de libertar a terra e de crear um codigo de credito predial, a fim de habilitar os proprietarios a conseguirem capitales com mais facilidade e menos usura. É necessario por consequencia harmonisar as leis tributarias de maneira que não vão de encontro a esses dois grandes principios; mas desgracadamente o projecto em discussão é o seu primeiro ataque, é uma depreciação em grande escala da propriedade, uma peia ao seu desenvolvimento, porque não houve ao menos o bom senso de excluir a emphyteuse, que embora seja uma especie de alienação, não é uma alienação completa.

A emenda é admittida á discussão.

O sr. Moraes Soares:—apresenta a seguinte proposta:

«Propoño a eliminação da ultima parte no n.º 1.º do artigo 2.º, que diz assim=comprehendem-se n'esta categoria os contratos da emphyteuse.»—Moraes Soares.—D. José Manuel de Menezes de Alarcão.—A. de Gouveia Osorio.

É admittida á discussão.

O sr. Visconde de Pinella:—hontem foi prevenido pelo sr. Rocha Peixoto no additamento que mandou para a mesa tendente a aliviar a pequena propriedade. No Minho é em Trás os Montes ha pequenos proprietarios que são tão pobres como aquellos que mendigam a caridade publica, e parece que estes tambem deverão estar isentos do fisco, porque o fisco nunca deve entrar no bolso sempre vazio do pobre.

Declara pois que vota pelo additamento do sr. Peixoto, mas reduzido aos termos do seguinte que manda para a mesa:

«Additamento ao artigo 3.º.—Propoño que no fim do artigo 3.º se colloque mais um numero, que diga assim:

5.º Os actos sobre transmissão por permuta, não havendo reposição em dinheiro.»—Visconde de Pinella.—Julio do Carvalho Sousa Telles.—José Maria Rojo.—José Luiz Alves Feijó.—Francisco de Paula Pinto Tavares.

É admittida á discussão.

O sr. Carlos Bento:—tinha tencião de mandar para a mesa algumas emendas, mas tendo já sido prevenido deixa de o fazer, e em occasião competente fallará sobre a materia.

O sr. Affonseca:—envia para a mesa o seguinte additamento:

«Emenda ao artigo 3.º.—Pagará 1 por cento tudo o que faz objecto dos §§ 1.º, 2.º, e 4.º.»—Affonseca.

É admittida á discussão.

O sr. Julio do Carvalho:—vae mandar para a mesa dois additamentos, e com elles não tem em vista diminuir a receita do thesouro, antes está convencido de que ella augmentará. Entende que o thesouro não utiliza com o vexame dos povos, e o seu fim principal é fazer com que os povos não sejam vexados. Está convencido de que quanto mais se facilitarem as transacções, tanto mais vendas se verificarão, e quantas mais transmissões de propriedade houver, mais direitos hão de entrar no thesouro.

Antes da lei de 9 de julho de 1844 as vendas faziam-se por um titulo particular; mas desde aquella epocha as que excedem a 50\$000 réis não podem ser feitas senão por escriptura publica. O fim d'esta disposição é segurar a propriedade ao individuo que a comprou, e ao mesmo tempo fazer com que o thesouro entre o direito correspondente; mas são taes os vexames e a despeza que se faz para verificar o pagamento havendo escriptura, que n'uma venda de 100\$000 a 150\$000 réis, as despezas que faz o comprador para verificar a escriptura e o pagamento, são excedentes ao direito que paga. Remedie-se isso com os seguintes additamentos que manda para a mesa.

«Additamento ao n.º 1.º do artigo 2.º.—Propoño que no fim do n.º 1 se diga: Porém, quando a transmissão por titulo oneroso não exceda o valor de 50\$000 réis, pôde ser feita por titulo particular, e sem dependencia de escriptura publica.

Sala da camara dos srs. deputados, 18 de abril de 1860.—Julio do Carvalho Sousa Telles.—Visconde de Pinella.—José Luiz Alves Feijó.—Francisco de Paula Pinto Tavares.—Fernando Luiz Mousinho de Albuquerque.—José Maria Rojo.

«Additamento ao artigo 2.º.—Propoño que, entre os dois numeros do artigo 2.º, se escrevam mais dois, que digam assim:

2.º Fica nulla toda a transmissão de propriedade immovel por titulo oneroso, sem a certidão do pagamento da contribuição de registro.

3.º Fica dispensada a escriptura publica, ora exigida, na celebração dos contratos de venda de bens de raiz de valor excedente a 50\$000 réis.»—Julio do Carvalho Sousa Telles.—José Maria Rojo.—Aragão Mascarenhas.

São admittidos á discussão.

O sr. Figueiredo de Faria:—manda para a mesa o seguinte additamento:

«Propoño que ao artigo 3.º do projecto em discussão n.º 21, se acrescente:

Também não são sujeitos á contribuição de registro;

Os barcos empregados exclusivamente na pesca.

O deputado pelo circulo n.º 28, José Joaquim Figueiredo de Faria.

Pela lei de 12 de dezembro de 1844 estavam isentos d'esta contribuição os barcos empregados na pesca, e não vê rasilha alguma economica ou financeira que faça com que não gozem do mesmo privilegio.

O sr. Barros e Sá:—pede á commissão que declare se entende que fica ou não em vigor o § 3.º do artigo 1.º da lei de 1834, porque não ficando em vigor, entende que deve ser comprehendido na lei, aliás haverá uma grande omissão na mesma lei.

No estado em que está a discussão, lembra que é conveniente que os artigos 2.º e 3.º voltem á commissão para que ella examine as diferentes emendas, additamentos e substituições que se têm apresentado, continuando contudo a discussão sobre os outros artigos do projecto.

O sr. Calça e Pina:—manda para a mesa o seguinte additamento:

«Ao § 1.º do artigo 2.º deve acrescentar-se:

Excedendo o valor da propriedade transferida a 100\$000 réis.—J. A. de Calça e Pina.»

Observa que isto não é verdadeiramente uma emenda, é o desejo de harmonisar as diferentes disposições da lei, porque só assim fica harmonisado o n.º 1.º com o 2.º d'este artigo. No n.º 2.º exceptua-se a propriedade immovel quando a transferencia não exceda a 100\$000 réis; mas a respeito da propriedade movel não se faz distincção alguma, de maneira que entende que ha uma injustiça, e uma desharmonia.

O additamento é admittido á discussão.

O sr. Visconde de Portocarrero (sobre a ordem):—manda para a mesa, reservando-se para a sustentar quando lhe chegar a palavra sobre a materia, a seguinte substituição:

«Propoño como substituição aos artigos em discussão, a lei de 12 de dezembro de 1844, com o augmento da quota, quanto ás transmissões por titulo gratuito de que trata a mesma lei. Quanto ás transmissões por titulo oneroso, proponho a lei de 23 de junho de 1851, com augmento quanto á quota do projecto em discussão.»—Visconde de Portocarrero.

É admittida á discussão.

O sr. Aragão (sobre a ordem):—parece talvez contradictorio ter votado contra a generalidade do projecto, e propor agora algumas emendas aos seus diversos artigos, e por consequencia tem de explicar esta contradicção apparente que ha da sua parte.

Entendeu que o pensamento principal d'este projecto era crear uma lei de registro de propriedade, unicamente fiscal, fortemente fiscal, pesadamente fiscal; e n'essa intelligencia votou contra elle, por estar convencido de que o que havia a fazer era uma lei, principalmente administrativa, e incidentemente fiscal.

Ora vendo-o hoje approved na generalidade pela camara, resolução que respeita como deve, ainda assim vae coherente com a sua opinião, apresentando algumas emendas que modificam o rigor de cada artigo do projecto.

Quando propoz o adiamiento d'elle, para ir ás comissões de legislação e de credito predial, não teve a menor intenção de demorar a sua discussão, e propo-lo por julgar indispensavel que essas comissões fossem ouvidas. Entre tanto o seu illustre amigo, e muito amigo, o sr. Barros e Sá, levantou-se e combateu este adiamiento; mas, pouco depois, subindo á tribuna sustentou-o como elle, orador, não era capaz de o fazer, porque, dizendo que este negocio era todo de direito civil, tratando-se da propriedade em todas as suas relações, provou que devia ser ouvida a commissão de legislação sobre elle.

E por consequencia elle, orador, ficou satisfeito porque viu justificada pelo seu adversario n'esta parte, a materia do seu adiamiento.

Dadas estas explicações, limita-se agora a mandar para a mesa duas propostas: uma com relação ao artigo 2.º, para que se eliminem as palavras: «comprehendem-se n'esta categoria os contratos de emphyteuse.»

É cultivador, está em contacto com os agricultores, e não pôde deixar de dizer que é esta a classe com quem principalmente vive, que é esta até a sua classe, e com isso muito se honra; tem portanto occasião de conhecer que os nossos lavradores não têm mais meios nenhuns, attendendo á falta de capitales no paiz e á falta de instituições de credito, de fazer prosperar as terras, que não seja o aforamento; e atacar o aforamento é dar um golpe profundo na fortuna dos nossos lavradores. Assim, pede do fundo do coração e em nome de uma classe,

digna de muita protecção, e em nome de uma industria que é quasi a unica no nosso paiz, pede ao governo, á commissão e á camara que aceite esta proposta.

Diz-se todos os dias que a agricultura prospera e aufero lucros immensos do seu trabalho, mas quem o diz não conhece de certo, não sabe o estado dos lavradores. O lavrador portuguez não tem dinheiro nem para costear a sua lavoura (*apoiados*); está cultivando com dinheiro pelo menos a 12 por cento, a 20 por cento e até a 25; não prospera. O que prospera é algum negociante de agricultura, algum rico proprietario que cultiva os seus predios; mas o pequeno lavrador o que pôde conseguir é que o senhorio lhe afoze, para elle fazer suas beneficencias e ter um pedaço de terra a que chama seu. N'estas circumstancias pede á camara que attenda á reclamação que faz em favor d'esta classe, e se assim o fizer praticará um acto de justiça.

A outra proposta diz relação ao artigo 3.º e é para que a palavra «conjuges» se acrescente «ou collateralas do primeiro grau» o que faz com que os irmãos sejam isentos do pagamento dos direitos que se estabelecem n'esta lei quando herdarem de irmãos.

Se lhe tivesseesesado a palavra sobre a generalidade do projecto havia de fazer mais algumas considerações, e se ainda lhe chegar sobre a materia com respeito ao artigo 2.º fa-lo-ha, por que elle se presta a isso, visto encerrar o pensamento principal do projecto.

Tomou nota de uma expressão do sr. ministro da fazenda, quando fallou, de que não lhe fizessem os srs. deputados critica isolada d'este projecto só em si, mas em relação a outras quaesquer medidas que o governo possa tomar em logar da que propoz. E n'este terreno que elle, orador, desejava combater o projecto, e promette combatê-lo, se ainda tiver a palavra sobre a materia, e mostrar ao nobre ministro que de todas as medidas tendentes a augmentar a receita publica, seria esta a ultima de que podia lançar mão.

Lêem-se na mesa as seguintes emendas e additamentos:

«Ao artigo 2.º n.º 1.º

Propoño a eliminação das palavras «comprehendem-se n'esta categoria os contratos de emphyteuse.»—Aragão Mascarenhas.

«Ao artigo 3.º n.º 1.º

Propoño que a palavra «conjuges» se acrescente «ou collateralas do 1.º grau.»—Aragão Mascarenhas.

São admittidos á discussão.

O sr. Presidente:—não havendo mais ninguém inscripto sobre a ordem, dá a palavra sobre a materia ao sr. Gaspar Pereira.

O sr. Gaspar Pereira:—é caso de parabens a circumstancia lisonjeira de n'este momento se poder entrar na discussão da materia dos artigos 2.º e 3.º, livres e desembaraçados da alluvão de emendas, moções de ordem, e additamentos que têm sido mandados para a mesa a proposito d'este projecto. Não diz isto com a mais leve idea de censura, mas para indicar que é sua convicção intima que as moções de ordem não devem de hoje em diante ser discutidas sem que a camara primeiramente reconheça a sua urgencia.

nunca mais possa pôr-se em duvida, porque a nossa antiga legislação a este respeito podia dar lugar a questionar-se.

Agora passa a occupar-se de outro ponto mais importante. O decreto com força de lei de 11 de agosto de 1852, diz: «que convendo desde já regular para todas as hypotheseas quaes são os direitos que têm a pagar as embarcações estrangeiras compradas por subditos portugueses, condemnadas por innavegáveis, e que depois são effectivamente reconstruidas, acabando assim com as duvidas que se têm suscitado acerca de tão importante assumpto, ha por bem decretar que todas as embarcações estrangeiras que se venderem com todos os seus pertences em estado de navegar, paguem por cada tonelada o direito de 7500 réis por entrada e 100 réis por saída.» Este direito avulta a muito. Ora, vender uma embarcação estrangeira, é transmitir a propriedade d'essa embarcação por título oneroso. Então pergunta: esta embarcação estrangeira fica comprehendida na generalidade do projecto, de que não se ha de pagar direito nenhum na transmissão da propriedade movel, visto que os navios são propriedade movel? Se o sr. ministro da fazenda e a commissão tiveram em vista que de ora ávante ficasse revogado o decreto com força de lei de 11 de agosto de 1852, muito bem, approva; mas assim como entende que não pôde em certo modo annullar os tributos novos ou aggravados, também lhe parece que não estamos em circumstancias de dispensar aquellos que existem estabelecidos por lei, e uma vez que o nobre ministro e a illustre commissão tenham em vista que isto é uma legislação especial, e que fica subsistindo este direito que se paga nas vendas dos navios estrangeiros, entende que é preciso que se declare na lei, porque se não poderá dizer-se que a venda d'esses navios não deixa de ser transmissão de propriedade movel, e então é preciso declarar que subsiste o que se acha determinado e disposto acerca dos navios estrangeiros no decreto com força de lei de 11 de agosto. Se a illustre commissão quizer tomar isto em consideração no artigo final da lei, onde se diz o que fica em vigor, não será fóra do proposito.

A commissão no seu projecto fallou-nos de bens moveis e de bens immoveis; mas persuade-se de que ha uma lacuna, persuade-se de que é necessario fazer menção tambem de uma qualidade de bens que o nosso direito reconhece e que se menciona em todas as leis identicas a esta, falla dos emoveis. É necessario declarar se elles ficam comprehendidos na classe dos bens moveis. Entende que a commissão e o sr. ministro da fazenda querem que elles se comprehendam n'essa classe; mas não é fóra de proposito que se diga moveis e emoveis, por que uns e outros estão nas mesmas circumstancias.

Pelo que respecta aos títulos de divida publica, aos papéis de credito, ás acções das companhias, entende perfeitamente qual é o pensamento do projecto e o da commissão, e que esses títulos quando forem transmitidos por título oneroso não paguem nada (apoiados).

Todas e quaesquer transmissões que se fizerem de títulos de divida publica por título oneroso, como venda ou outro modo semelhante, essas não pagam absolutamente nada. Agora, quando elles forem transmitidos por título gratuito, por herança, por doação ou qualquer outra maneira semelhante, esses pagam, e pagam em conformidade do que diz o projecto. Este pensamento está claro no mesmo projecto, e por isso entende que fazem confusão em vez de darem clareza, essas emendas e esses additamentos que se offereceram n'este ponto ao projecto da commissão.

O sr. Pinto Martins:—alguns dos distinctos oradores que têm fallado na questão reconhecem a necessidade do augmento do imposto; mas dizem: «precisamos discutir o orçamento, porque se fizeram reformas apparatus nas secretarias, e precisamos realizar economias com a suppressão do que é de mais.» Quando mesmo se desse a possibilidade de uma reforma que trouxesse economias, em presença das necessidades crescentes, que se multiplicam de dia para dia, poderá alguém persuadir-se de que era possível fazer-se essa reforma em tão largo desenvolvimento que fosse equiparar a receita com a despesa, e se satisfizesse com isso aos pesados encargos que ainda ha pouco votamos no parlamento? Não de certo. Não se tem visto a actual administração na dura necessidade de desviar as rendas publicas da sua legal e verdadeira applicação? Não apresenta a administração actual, em quem confia, como tipo de uma economia severa a todos os seus collegas, porque sabe que alguns d'elles não têm n'ella a mesma confiança. Mas ha alguém que duvide da severa economia do sr. Avila? E não se viu a administração, de que s. ex. fez parte, muitas vezes na mesma dura e imperiosa necessidade de fazer esses desvios das rendas publicas da sua legal applicação? Não recorreu a empréstimos e outros expedientes? E isto não prova a necessidade do augmento da receita publica?

Entende que para se tratar regularmente a questão, não se deve pretender achar a razão do imposto na natureza do objecto collectado; a razão do imposto acha-se nas necessidades do fisco e da fazenda publica, e a justificação de se collectar um objecto, acha-se examinando se ha outro objecto sobre o qual o imposto possa recair com menos sacrificio de quem o paga.

Quem se apresentar a combater o projecto, deve principiar desde logo por apresentar outro alvitre: elle, orador, como não tem outro melhor nem o pôde encontrar, approva o artigo 2.º e o 3.º.

Vota pela siza ou imposto do transmissor oneroso da propriedade immovel, porque entende que o individuo que pratica o acto em que essa contribuição recide, revela boas condições de existencia, e quem está em boas condições de existencia é justo que de preferença concorra para as despesas do estado. Votando pela siza nas compras e vendas, vota igualmente por ella nas permutações, porque a compra e venda não é mais que uma permutação realisada em duas operações; a permutação é uma troca de valor real por valor real, e a venda é uma troca de valor real por valor nominal. E se vota pela siza nas permutações, por maioria de razão vota pela siza na emphyteuse, porque na emphyteuse não ha compra de valor por valor, ha compra de valor por juro de valor; e mesmo porque não ha razão nenhuma para se isentar esta especie de transmissão de propriedade n'um contrato em que as duas partes contratantes tiram reciproca vantagem.

Diante da necessidade de augmentar o imposto, opta sempre pelo imposto sobre factos que lhe revelam, senão com exactidão, ao menos presumptivamente as boas circumstancias dos individuos, e não pelo imposto sobre factos em que não sabe se effectivamente elle vai affectar quem não está em boas condições de existencia.

Mandou uma emenda para a mesa com relação ao artigo 2.º, porque, dizendo o artigo e bem assim direitos e acções de valor excedente a 100\$000 réis, por successão testamentaria ou legitima, por escriptura publica de dote, de doação, parece que isenta realmente contra o seu espirito, a contribuição da transmissão das doações excedentes a 100\$000 réis que não foram feitas por escriptura publica. O pensamento do projecto não foi de certo isentar da contribuição esta especie de doações, mas era o que effectivamente vinha a acontecer pela exigência de escriptura publica para a constituição do dote ou da doação.

Quanto á confusão que pareceu achar o sr. Gaspar Pereira, relativamente a saber se os navios são considerados moveis, e se haviam de estar ou não sujeitos ao imposto da siza, parece-lhe que essa confusão existiria se não se definisse o que são bens moveis ou immoveis; mas estando definido o que são moveis, não pôde haver a mais pequena duvida. Entretanto, era de opinião que no artigo 13.º se dissesse que fica tambem em vigor o decreto de 1842, a que o illustre deputado se referia.

Quanto ao artigo 3.º vota por elle, mas não por todos os argumentos que apresentou o illustre relator da commissão. O illustre relator disse que os collateraes em primeiro grau são sujeitos ao imposto de transmissão, porque não formam familia: com isto é que não está muito de accordo. Vota porque elles não têm direito necessario á herança do irmão, e então acha justo, que podendo herdar riquezas, paguem alguma coisa de imposto de transmissão. Vota, por tanto, pelos artigos em discussão com a emenda que mandou para a mesa.

O sr. Monteiro Castello Branco:—tratando-se de um projecto que reputa importante, entendeu dever pedir a palavra para emitir francamente a sua opinião.

No n.º 1.º do artigo 2.º diz-se que são sujeitos á contribuição de registro os actos que importarem transmissão de propriedade immovel de qualquer especie e natureza, por título gratuito ou oneroso, qualquer que seja a denominação ou forma do título. Pela primeira parte d'este n.º vê assentada uma proposição geral, de forma que deixa sujeitos ao tributo da siza todos os actos que importam transmissão de propriedade movel e immovel de qualquer especie e natureza que seja. Vê, porém, na segunda parte d'este numero uma declaração que lhe parece uma restrição, que é a prescrição que diz que se comprehendem n'esta categoria os contratos de emphyteuse.

Se em cima o artigo tinha determinado que todos os actos que importam transmissão de propriedade ficam sujeitos ao imposto, não vê razão para que se faça uma declaração especial a respeito dos contratos de emphyteuse.

Vê por outro lado que no artigo 11.º se diz que para os effectos da lei são consideradas as promessas de venda acceitas como vendas effectivas, pagando-se por taes promessas a respectiva contribuição, e por esta determinação vê ainda que a proposição assentada na primeira parte do artigo 2.º se estendeu alem do que se podia entender, da forma por que se acha redigida esta mesma proposição; porque na materia do artigo 11.º falla-se em promessas de vendas acceitas, sobre o que ainda não ha transferencia de dominio.

Por tanto não havendo transferencia, parece-lhe que a commissão quiz tornar mais extensas as suas idéas, do que aquillo que se achava determinado na primeira parte do mesmo n.º 1.º.

Em resposta ao que disse o sr. Barros e Sá, quando tocou n'esta mesma idéa em relação ao modo por que se devia entender este n.º 1.º, viu que o illustre relator da commissão declarára quaes os actos a que a commissão se tinha referido, e pareceu que eram tão somente aquellos de que se fazia expressa menção no relatório que precede o projecto; mas viu ao mesmo tempo que o nobre ministro da fazenda lhe dera mais extensão, extensão que lhe parece mais em harmonia com a forma por que se acha redigido o mesmo numero.

Quanto ao pensamento do projecto, se elle tem a extensão que acaba de indicar, não pôde estar de accordo com elle, porque não quizera dar tanta extensão ao imposto como se dá por esta fórmula. Crê que não haverá muitos actos na vida civil que não fiquem comprehendidos n'este imposto, e escusa agora de fazer menção de todos os actos que ficam comprehendidos, porque já um illustre deputado se deu ao trabalho de mencionar bastantes; mas elle, orador, apresenta a hypotheca, a penhora, o deposito, e muitos outros.

Não se pôde dizer que na hypotheca e no penhor não ha direito de dominio; é um direito real: ha transferencia de propriedade, mas transferencia de propriedade menos plena, e não vê que a commissão faça restrição em relação ao modo de considerar esta propriedade: entende que está comprehendida no dominio, mas menos pleno.

Portanto, na disposição da lei está comprehendida tambem a hypotheca, o penhor e o deposito.

Mas poder-se-ia dizer, e muito bem, que se podem fazer contratos d'esta natureza simultaneamente, para não pagar a siza. Pôde algumas vezes assim acontecer, mas não acontecerá na maior parte das vezes. Em todo o caso vai-se impor uma pena a um innocente, e não sabe de leis criminaes que imponham penas a quem estiver innocente.

Não concorda com este imposto das sizas, porque o julga anti-economico, immoral e injusto, e tendo assentado esta proposição, não pôde concordar tambem na mais larga escala que se tem dado a este imposto pelo projecto que se discute.

Parece-lhe que este tributo é anti-economico, não pela mesma razão que o sr. Barros e Sá apresentou, que era por vir a cair mais sobre o capital do que sobre a renda, e concorda com o sr. ministro da fazenda, que seja mais no capital ou na renda, é sempre o mesmo imposto; mas a razão principal por que o reputa anti-economico, é porque vai difficultar as trocas; e da facilidade das trocas resultam vantagens para a industria agricola.

Acha o imposto immoral, porque nem sempre é pago pelo comprador, mas sim pelo vendedor, que muitas vezes é obrigado a vender para satisfazer ás suas primeiras necessidades.

No entanto reconhece a necessidade que ha de conservar os impostos, e mesmo a necessidade de os elevar; mas tambem não concorda com a opinião apresentada pelo sr. Mello Soares, de que esta medida é de todas as que o sr. ministro da fazenda apresentou a mais justa. Considerando este imposto como anti-economico, immoral e injusto, e que tem os inconvenientes que apresenta, já se vê que não é aquelle que reputa o mais proprio para se elevar; assim como tambem não é logico o mesmo illustre deputado, quando diz, que quem vota contra este projecto de imposto, vota contra todos os outros. Isto não está nas regras da logica.

O nobre ministro da fazenda, a quem muito respeita, parece-lhe que avançou uma proposição com a qual elle, orador, não se conforma. S. ex.ª disse que o imposto era a base do credito. No nosso paiz o deficit é sempre grande, e o credito não tem desaparecido: o credito baseia-se não só no imposto, mas na confiança (apoiados); e esta resulta da prudencia e juizo nas operações financeiras, e do cumprimento dos justos.

Já se mostrou que os contratos emphyteuticos ficam sujeitos a este imposto, e estes contratos são os mais geraes no nosso paiz, os mais economicos e os mais vantajosos; portanto ir-se difficultar a emphyteuse, que tem dado tão bons resultados, não lhe parece tambem uma coisa muito conveniente. Proprietarios grandes ou pequenos têm muitas propriedades, mas não as podendo cultivar igualmente, vem lançar mão d'este meio.

Em vista das razões expostas, parece-lhe muito mais conveniente que ao menos se designe especificamente no artigo do projecto quaes são os actos da vida civil que ficam sujeitos ao imposto de registro, e não deixar que seja o governo quem faça esta designação, porque a pôde fazer tão lata e arbitrariamente, que comprehende n'ella actos que não era da mente da commissão comprehender.

O exemplo que trouxe o sr. relator da commissão a respeito de um irmão não ter deixado, por sua morte, os bens a outro irmão, mas aos seus creados e creadas, é uma cousa pouco frequente; e não se deve argumentar da excepção para a regra.

Isto em relação ao imposto da siza; porque em quanto ao imposto da transmissão poucas reflexões fará pela razão que logo ha de apontar.

O sr. Barros e Sá disse, que a familia era a base da sociedade, e que o projecto pela extensão que dava a este imposto, ia introduzir o fisco no centro da familia.

O sr. relator da commissão, porém, respondendo a este argumento disse, que a familia eram os paes e filhos; mas que os irmãos, depois que chegavam á maioridade e saíam do patrio poder, iam constituir novas familias. Mas s. ex.ª esqueceu-se que as consequencias a tirar d'este principio assim estabelecido vão mais longe, porque os mesmos filhos, separando-se dos paes e contrahido laços do hymeneu tambem se separam da familia primitiva; e assim como na successão dos irmãos deve ter lugar o imposto da transmissão, idênticamente deveria ter lugar dos paes para com os filhos e vice-versa, por já estarem separados e não viverem em familia. E ainda poderiamos ir mais longe; se as nossas leis permitissem a separação dos conjuges *quoad vinculum*, como concedem *quoad mensam et thorum*, cada um d'elles poderia ir constituir uma nova familia, e marchando assim successivamente fariamos desaparecer o primeiro elemento e o mais forte para a existencia da sociedade. Ora tudo isto conduz ao absurdo, e por isso o principio invocado pelo sr. relator não pôde ser verdadeiro.

Tambem o sr. relator invocou a opinião de Joseph Garnier e de mr. de Passy, para mostrar que este imposto na transmissão das heranças é o mais justo e o menos gravoso. É exacto que esses dois autores e todos os economistas sustentam essa opinião.

Mas tambem é verdade que elles não tratam da applicação, nem de marcar os graus a que deve estender-se o imposto. Em principio, este imposto é o que tem por si mais vantagens, sem apresentar para os contribuintes difficuldades insuperaveis; mas quando fizermos d'elle applicação não devemos abusar, ferindo principios e interesses que á ordem social muito convêm sustentar.

Tambem o illustre relator disse, que em 1844 não se votou a nova disposição que se acha no projecto, quanto a obrigar a contribuir os collateraes no primeiro grau, bem como os sobrinhos, porque n'essa camara havia muitos irmãos e muitos sobrinhos. Declara que é irmão e sobrinho, mas esta circumstancia não influe para votar ou deixar de votar uma lei qualquer, que entenda ser do vantagem publica. E por muitos sabido que tem sempre tido força bastante para não sacrificar o interesse geral ao seu interesse particular. Julga que todos os srs. deputados estão no mesmo caso; e não supõem que haja alguém que no parlamento venha antepor interesse particular ao interesse geral (apoiados).

O sr. Moraes Carvalho:—sem preambulo entra na materia, dando os motivos e razões pelos quaes entende que o artigo 2.º do projecto, com algumas pequenas emendas na sua redacção, é preferivel a todas as substituições que se tem apresentado. Acha admissivel que da propriedade immovel transmittida por título oneroso se não pague direito de transmissão; mas não vê razão alguma para que deixe de pagar imposto de transmissão a propriedade que for transmittida por título gratuito; e se houvesse razão para mais, devia ser em relação a esta e não áquella; se tivesse de extinguir o imposto de registro, seria em relação á transmissão por título oneroso, e não por título gratuito.

Notou que o sr. Mello Soares, quando fallou sobre a materia, combatesse a idéa de virem incluídos no projecto os contratos de emphyteuse, e hoje mandasse para a mesa uma proposta que comprehendesse os contratos de esta natureza, e addicionando outras especies, que o projecto não comprehendia.

As srs. Barros e Sá diria, em relação ás permutações, que se existia a provisão de 1792 que s. ex.ª citou, tambem existiam os artigos das sizas de 1476, em cujo artigo 1.º se determinava que todos os contratos de venda e permutação, e todos os objectos moveis e immoveis, excepto o pão cosido, o oiro e a prata, ficavam todos sujeitos ao imposto da siza. E só o decreto de 19 de abril de 1832 é que determinou que se pagasse somente pelo excesso de preço da troca.

Assim como vê no contrato de compra e venda a permutação, tambem vê n'esta o de compra e venda, e não vê razão alguma para que o contrato de permuta fique isento de pagar o imposto de transmissão.

Quanto aos contratos de emphyteuse, está persuadido de que o projecto só comprehende aquellos que dizem respeito aos terrenos cultos, e aos predios edificados; se acaso assim não fosse, se o projecto se podesse entender com as emphyteuses feitas em terrenos incultos e em predios por edificar, então elle seria o primeiro a oppor-se a tal disposição (apoiados). Portanto o imposto de que trata o projecto com relação ás emphyteuses não se pôde entender senão a respeito dos predios edificados e terrenos cultos; mas para que não haja a menor duvida a este respeito é preciso que se approve o addicionalmente que offereceu ao artigo 3.º (apoiados).

E se é certo que nas grandes emphyteuses a respeito d'estes predios ou terrenos é que se commettem os grandes abusos, como disse o sr. Barros e Sá, então mais uma razão para se adoptar o projecto em discussão (apoiados). Convem até muito á fazenda publica não sujeitar ao pagamento de transmissão os contratos de emphyteuse que forem feitos a respeito de terrenos por edificar, e a terras por cultivar, porque se a avaliação for pelo valor do fóro, ha de ser insignificante o producto do imposto; e pôde mesmo ser insignificante em consequencia de se darem maiores luvras, mesmo para assim defraudar o fisco; e se por ventura o possuidor do dominio não renir o fóro, como essa remissão ha de ser feita por vinte pensões mais um landemio, o resultado é que o emphyteuta fica com uma propriedade de grande valor, não tendo pago o imposto de transmissão segundo o valor real, mas segundo o valor do fóro. E é esta mais uma razão para se approvar o seu additamento; porque a fazenda recebe depois o direito de transmissão, depois da terra cultivada, segundo um maior valor, e no entretanto já é collectada essa propriedade pela contribuição de repartição; e no entretanto facilita-se a emphyteuse dos terrenos incultos, o que é de maxima vantagem para o estado (apoiados).

Approva o imposto sobre os bens vinculados; mas deseja que esse imposto não abranja as subrogações: e a razão é porque reconhecendo a conveniencia de se libertar a terra, mas suppondo que tarde ou nunca se verificará entre nós, queria dispensar do imposto as subrogações para que facilitando-as se adoptasse este meio indirecto para promover a alludalidade da terra.

Tendo dado a hora, e declarando que tem ainda a fazer algumas considerações, fica com a palavra reservada para amanhã.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, mas na primeira parte ha de discutir-se o parecer sobre a eleição de dois circulos electorales n.º 157 e 159; e levanta a sessão. — Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes, na sessão de 19 de abril, á chamada ao meio dia.

Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Alves Martins, Eleuterio, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Barros e Sá, Arobas, Couto Monteiro, Pequeto, Roberto de Azevedo, Santos Lessa, Fonseca e Mello, Aristides, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Abranches, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Pereira da Cruz, Rebello de Carvalho, Teixeira da Motta, Mousinho, Barros, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Pinto Tavares, Rodrigues Batalha, Soares Franco, Gaspar Pereira, Jacinto de Andrade, Ferraz de Miranda, João José de Azevedo, Mello Soares, João Rebello, Castro Portugal, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Mamede, Coelho de Carvalho, Neutel, Maia, Pessanha, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Costa e Silva (José), Frazão, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Aboim, Albano de Andrade Moraes, Affonseca, Rocha Peixoto, Pinto Martins, Monteiro Castello Branco, Placido, Charters, D. Rodrigo de Menezes, Simão Maria de Almeida, e Visconde de Pindella.

Projecto de lei, autorizando a camara municipal do Porto a verificar a cobrança dos impostos indirectos, apresentado pelo sr. deputado Faria Guimarães, em sessão de 13 do corrente.

Senhores.—A disposição do § 2.º do artigo 142.º, e do n.º 2.º do artigo 143.º, do codigo administrativo, destruiu quasi totalmente a faculdade concedida ás camaras municipales pelo artigo 137.º do mesmo codigo, de estabelecer contribuições indirectas sobre os generos de consumo; porque a fiscalisação ficou quasi impossivel, e o imposto injusto e repugnante, na parte realisavel, por dar lugar ás classes abastadas a escaparem-se d'elle, em quanto que as classes pobres, que não podem como aquellas comprar por junto, são as que mais pagam.

Necessidade, portanto, de alterar, ou declarar n'esta parte o codigo, é geralmente reconhecida; mas elle carece de ser revisto e alterado em muitas outras disposições, e essa revisão é objecto para demora.

A camara municipal do Porto está ha muitos annos pedindo ao governo e ao parlamento a reforma do codigo, na parte mencionada, a fim de a habilitar a fiscalisar e arrecadar os impostos indirectos por ella estabelecidos, que de dia para dia se tornam menos productivos pelo abuso que se faz das disposições dos citados § e n.º E, nem o governo nem o parlamento têm attendido as representações d'aquella camara.

Parece-me que para uma cidade como o Porto, que tem uma linha de barreiras estabelecida, e na qual tem já a camara estabelecido tambem estações fiscaes, por causa do imposto dos carros e outros, não haverá inconveniente em estabelecer regras excepcionaes para a cobrança dos impostos indirectos, em ordem a torna-los mais equitativos, e a facilitar a sua cobrança e fiscalisação, em quanto se não adoptam medidas geraes para todos os concelhos do reino.

Portanto, tenho a honra de apresentar á vossa consideração o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É autorizada a camara municipal do Porto a verificar a cobrança dos impostos indirectos, por ella legalmente estabelecidos sobre os generos destinados ao consumo d'aquella cidade, no acto em que com esse destino entrarem as barreiras.

Art. 2.º Fica revogada, para este effecto, e legislação em contrario.

Sala das cârtes, em 9 de abril de 1860.—O deputado pelo Porto, Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães.

Projecto de lei regulando sob uma nova forma as congruas dos parochos, apresentado pelo sr. deputado Alves Feijó, em sessão de 17 do corrente.

Senhores deputados da nação portugueza.—A classe parochial é sem duvida uma classe importante na sociedade, como aquella a quem incumbe o serviço do culto, e que tem a seu cargo a educação e instrução religiosa dos povos: mante-la por consequencia, com a decencia que convem á sociedade e ás funções que elles exercem, é um dever do estado: desde a regeneração politica do nosso paiz tem occupado as camaras legislativas com este importante objecto, e diversas leis tem regulado a dotação do clero, e a sua decente sustentação, taes são as de 9 de novembro de 1837, 20 de julho de 1839, 8 de novembro de 1841 e outras: mas tem feito conhecer a pratica, que essas leis estão longe de preencher devidamente o seu fim; de uma parte revella-se a sua injustiça na sua desigualdade entre os parochos, e por outra parte os clamores dos povos accusam alem da desigualdade que os grava, a injustiça que se nota no systema adoptado para as congruas: fazem parte d'ellas um grande parte do paiz as impressas, e importam ellas um imposto vexatorio, desigual, e por isso injusto, cuja revogação e extincção é uma necessidade social, reclamada pelos interesses dos povos, pelos interesses de agricultura, e é de reconhecida justiça.

As impressas não podem considerar-se subsistentes depois da publicação do decreto salutar de 30 de julho de 1832 que extinguiu os dizimos, e que se não as comprehendem expressamente, foi por que como se declarou na portaria de 9 de novembro de 1837, se não cogitou d'ellas nem d'ellas havia conhecimento, mas são contudo virtualmente comprehendidas na sua disposição, nem se pôde considerar que o legislador extinguiu aquelles quizesse deixar subsistentes estas, em que se verificam os mesmos inconvenientes, a mesma desigualdade, a mesma injustiça e o mesmo gravame.

As impressas são um tributo injusto e vexatorio, por que devendo segundo os mais sãos principios da economia politica, os impostos terem sempre por base, ou producto, ou rendimento liquido, e sobre este realçar o imposto, falta no de que se trata aquella condição essencial, muitas vezes aquelle imposto não do proprio capital que o lavrador emprega para a produção, e o de desfalca, importando assim um imposto sem um lucro sobre que recada, um imposto que affecta o capital.

As impressas são tambem um imposto desigual, por que pagando-se como se pagam somente quatro alqueires logo que chega a quarenta a colheita do cultivador, e mais não, segue-se que tanto paga o pobre cultivador, que sobrecarregado de familia colheu em um terreno esteril quarenta alqueires de pão, como o rico e abastado lavrador, que em terras fertilissimas e abundantes colheu com menos despesa e menos trabalho quatro mil! isto é, nas impressas paga mais o pobre que o rico, por que a mesma quantidade paga por aquelle, é para elle mais gravosa, mais importante, e de mais valor para este: tal imposto offende por consequencia a igualdade absoluta e relativa, que é para a justiça do imposto uma condição essencial.

Ha ainda outra injustiça flagrante n'este objecto: a lei manda computar as impressas nas congruas que os parochos recebem; e por que estas somente são pagas pelos cultivadores que colhem os fructos, e pôde a importancia d'ellas preencher a somma das congruas, segue-se que em tal caso vem estas a ser pagas somente pela classe agricola, ficando por isso sem pagar para as congruas as classes industrial, artistica e commercial, cujos lucros e riqueza são muitas vezes maiores que os da classe agricola; e

d'aqui nasce o absurdo de tornar particular e restricto um imposto que por sua natureza e fins deve ser generico, e proporcionado ao rendimento liquido de cada um.

Se as impressas não preenchem na sua importancia a somma estabelecida para a congrua, procura-se, segundo a lei, cobrir o deficit por uma derrama em dinheiro, e n'este caso os agricultores que já pagaram a impressa, que revertere em favor do clero, pagam tambem o imposto a dinheiro, e pagam assim dois impostos para a congrua, quando as outras classes pagam somente um: isto importa uma desigualdade que a justiça dos impostos não comporta.

A lei ao mesmo tempo que manda preencher em dinheiro o deficit das impressas, para a somma da congrua, é a mesma que deixa em favor do parochos o excedente das impressas para a congrua, seja qual for o seu valor: esta disposição contém uma injustiça flagrante; se a lei manda taxar a congrua ao parochos, este a nada mais deve ter direito, porque ella é proporcionada ao seu trabalho, e esta medida cria tambem uma desigualdade entre os parochos, que nenhuma razão justifica.

Alem d'isso o systema actual das congruas é principalmente no que respecta ás impressas, um vexame para os povos na sua arrecadação, e um germen fecundo de indisciplinação entre elles e os parochos, que destrua a harmonia entre elles, e o seu respeito mutuo tão necessario para a moralisação dos povos e para a sua educação christã.

Do que fica ponderado conclue-se necessariamente que a extincção das impressas, e que a reforma e melhoramento das congruas do clero, é reclamada pela justiça e pela razão, e que em quanto áquellas é ella o complemento da intenção do rei philosopho, manifestada no luminoso relatório do decreto de 30 de julho de 1832: e por isso apresento o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Ficam extinctos desde hoje as impressas, os benesses, pé de altar, bollos, premissas e quaesquer outras offertas de qualquer denominação e procedencia, que até aqui recebiam os parochos como congrua ou parte d'ella, ou dos direitos parochiaes, ou pelo exercicio das funções parochiaes.

Art. 2.º Os parochos prestarão officiosamente e sem retribuição a seus parochianos todos os serviços que como parochos devem prestar-lhes, e são responsaveis por qualquer omissão ou relaxação no cumprimento officioso dos deveres parochiaes.

Art. 3.º Os parochos perceberão a título de congrua uma prestação annual em quantia certa de réis, que lhe será arbitrada em proporção da extensão, população e serviço de suas respectivas freguezias.

Art. 4.º Este arbitramento será feito por uma commissão estabelecida na cabeça do concelho respectivo, e será composta do administrador do concelho que será o presidente, do vereador fiscal da camara, e de um ecclesiastico nomeado pelo prelado diocesano que não pertença á classe parochial.

§ unico. Da deliberação da commissão que estabelecer a congrua, haverá recurso somente para o conselho de districto.

Art. 5.º A congrua uma vez estabelecida é permanente, e só poderá ser alterada para mais ou para menos, quando a freguezia tiver alteração que torne justa a alteração na congrua, para mais ou para menos.

§ unico. A alteração faz-se do mesmo modo, e tem o mesmo recurso que se estabelece no artigo 4.º e § unico da presente lei.

Art. 6.º A somma geral das congruas de cada concelho será derramada conjuntamente com a decima em lançamento addicional, e em proporção com ella, e cobrada no mesmo tempo pelos recebedores do concelho, e pela mesma forma que a decima se cobra.

§ unico. Cobrada pelo recebedor do concelho a derrama para a congrua, será entregue ao thesoureiro da camara respectiva, e dará entrada no cofre d'ella.

Art. 7.º O pagamento da congrua aos parochos será feito pelo thesoureiro da camara em vista dos ordens de pagamento passadas pela commissão em vista dos attestados de existencia e effectividade de serviço dos parochos, passados pela autoridade ecclesiastica respectiva, ou pelos respectivos regedores, ou juntas de parochia.

Art. 8.º A presente lei começará a vigorar logo que se faça o primeiro lançamento e derrama, na conformidade do artigo 6.º § unico.

Art. 9.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala das sessões, 31 de março de 1860.—José Luiz Alves Feijó, deputado pelo circulo de Mogadouro—José da Encarnação Coelho, deputado pelo circulo de Figueiró dos Vinhos—Antonio dos Santos Lessa.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Almeida—O correspondente particular do *Viriato*, n'esta villa, escreve a este jornal o seguinte em data de 12 do corrente:

«Ha tempos doras os jornaes do Porto noticia de uma apprehensão feita em sessenta e tantas caixas de charutos de contrabando, em uma das estalagens d'aquella cidade: acaba de ser aqui preso o conductor, se não connivente, de tal contrabando; como a homem destemido que é, receavam os guardas do contrato lançarem-lhe a mão; uma força do destacamento de infantaria n.º 12, aqui estacionado, capturou-o na manhã de 9 do corrente, depois de uma porfada fuga; e já vai no caminho da relação do Porto.»

Vizeu—Acerca das obras municipaes que se fazem n'este concelho, escreve o seguinte o *Viriato*:

«A camara vai continuando as muitas obras, que tem encetadas, com vigor.

«Tem feito uma plantação grande de arvores, e tem quasi aberta a estrada, que vae da estrada nova ao cemiterio.

«De todas as obras municipaes decididamente a de mais gosto é esta.

«O camarista encarregado da direcção das obras municipaes é o sr. A. Joaquim Lopes da Silva, que é incançavel. S. s.ª toma um cuidado pelos melhoramentos do concelho, e tal desvelo, que se não pôde exceder.

«Se desde 1834 as cousas do municipio fossem tão bem administradas teriamos a nossa terra muito melhorada. Mas não aconteceu assim. Agora a administração está regular e vão apparecendo obras.»

Porto—As folhas d'esta cidade dão a noticia de que no domingo ultimo foram visitar as diferentes prisões das cadeias da relação os srs. governador civil, presidente da relação, procurador regio e inspector das obras publicas.

Na cadeia existiam actualmente 392 presos do sexo masculino e 43 do sexo feminino.

Villa do Conde—Conforme o boletim do governo civil do Porto, que publicam as folhas portuesas, no mez proximo passado appareceu morta no roço de sua casa Joanna Maria da Silva, viuva, de setenta annos de idade, residente na freguezia de S. Miguel dos Arcos, d'este concelho.

Pelas averiguações a que se procedem, consta que este lamentavel acontecimento foi meramente casual.

Vianna do Castello—Consta-nos, diz a *Aurora do Lima*, em vista da inspecção feita nas obras da

